

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLITICA

"... E O VERBO SE FÊZ TERRA"

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (SC) 1980-1990

JOÃO PAULO LAJUS STRAPAZZON

Florianópolis - SC

1996

“...E O VERBO SE FÊZ TERRA”

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (SC) 1980-1990

João Paulo Lajus Strapazon

Florianópolis - SC

1996

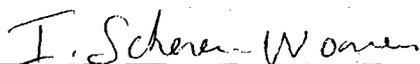
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

“... E O VERBO SE FÊZ TERRA”

Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990

João Paulo Lajus Strapazzon

Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:



Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Orientadora



Prof. Dr. Zander Navarro
Membro



Prof. M.Sc. Maria José Reis
Membro

Florianópolis, dezembro de 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

“...E O VERBO SE FÊZ TERRA”

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (SC) 1980-1990

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção de grau de Mestre
em Sociologia Política.

JOÃO PAULO LAJÚS STRAPAZZON

Florianópolis - SC

1996

AGRADECIMENTOS

Este trabalho atingiu seus objetivos graças ao concurso de várias pessoas e instituições que deram o suporte necessário.

Por isto quero agradecer às seguintes instituições e pessoas:

- Programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas amizades dos professores e pelas condições intelectuais que me ofertou;
- CAPES, pelo auxílio financeiro que permitiu a primeira fase deste mestrado;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, por oferecer seus arquivos e também pelo auxílio de seus dirigentes;
- Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina, especialmente a regional de Chapecó, pelo auxílio na fase de pesquisa e pelas entrevistas de seus dirigentes;
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pelo conhecimento e pelas condições de trabalho a mim oferecidas;
- A minha orientadora Ilse Scherer-Warren, pelo incentivo a continuar a dissertação e pela amizade dedicada em todos estes anos que estive envolvido com o programa de mestrado;
- A meus familiares que sempre incentivaram na continuação de meus estudos;
- A meus amigos, que me incentivaram e auxiliaram lendo os originais e opinando, e aos outros amigos que me proporcionaram horas de lazer, diminuindo o stress, necessárias para o término desta dissertação.

ABSTRACT

The analysis of social, rural and urban movements in Brazil has been privileged in its emergency from the structural changes. In this dissertation we have started from a theory which could analyze the emergency of these movements from the mediators and their discourses: this theory we called as pluralist coalition-building, in which we are able to interpret the role of the mediators and of the discourses at the emergency and at the development of the Movement of the Landless Rural Workers from Santa Catarina, that is, at the formation of their collective identity during the 80's.

In this theoretical approach we have analyzed the forming discourse of the identity of the movement between 1980 and 1985, the political-religious discourse, stated through the Pastoral Land Committee emphasizing the way this has set the economical project, the political project and its internal organization.

The analysis from 1985 to 1990 focus on the disruption with this discourse and with its privileged mediator, with the emergency of the leadership of the rural workers themselves like mediators making use of a political-economic discourse of marxist-leninist inspiration, setting the now called "Movement of the Landless Rural Workers".

Finally, we have compared the phases of this movement, discriminating the projects and analysing some trends from the discourses which are about to be in contact with this, in its relation with the several mediators.

RESUMO

A análise dos movimentos sociais rurais e urbanos no Brasil tem privilegiado seu surgimento a partir de mudanças estruturais. Nesta dissertação, partimos de uma teoria que pudesse analisar o surgimento desses movimentos a partir de mediadores e discursos: teoria chamada por nós de pluralista-articulista, na qual podemos interpretar o papel dos mediadores e dos discursos no surgimento e no desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, isto é, na formação de sua identidade coletiva, na década de 80.

Nesta abordagem teórica, analisamos o discurso formador da identidade do movimento entre 1980 e 1985, o discurso político-religioso, enunciado pela Comissão Pastoral da Terra, ressaltando como este construiu o projeto econômico, o projeto político e a sua organização interna.

A análise de 1985 a 1990 ressalta a ruptura com este discurso e com seu mediador privilegiado, a CPT, com o surgimento das próprias lideranças dos agricultores como mediadores, utilizando um discurso político-econômico de inspiração marxista-leninista, construindo o agora chamado "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra".

Finalizando, comparamos as duas fases deste movimento, diferenciando os projetos e analisando algumas tendências a partir dos discursos que estão entrando em contato com este, na sua relação com diversos mediadores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - TRÊS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	5
1.1. ABORDAGEM ESTRUTURAL-DETERMINISTA.....	5
1.2. ABORDAGEM POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	8
1.3. ABORDAGEM PLURALISTA-ARTICULISTA.....	9
1.4. DISCURSOS E IDENTIDADES.....	15
CAPÍTULO 2 - IGREJA, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E AGRICULTORES SEM TERRA NO OESTE DE SANTA CATARINA	23
2.1. IGREJA, AGRICULTORES E LUTAS SOCIAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA: CONTEXTO.....	24
2.2. A IGREJA, A POLÍTICA E O GÊNESIS (NO INÍCIO ERA O VERBO.....)	31
2.3. A IGREJA, A POLÍTICA E O ÊXODUS (...E O VERBO SE FÊZ REINO.....)	37
2.4. ...E O VERBO SE FÊZ TERRA.....	41
2.5. ...E O VERBO SE FÊZ CONDIÇÃO HUMANA.....	46
2.6. ...E O VERBO SE FÊZ MOVIMENTO.....	51
CAPÍTULO 3 - DE AGRICULTOR SEM TERRA A MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....	55
3.1. A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E A AUTONOMIA DO MST.....	56
3.2. DO VELHO NASCE O NOVO.....	62
3.2.1. O MST E SEU PROJETO ECONÔMICO.....	66
3.2.2. O MST E SEU PROJETO POLÍTICO.....	83
3.2.3. O MST E SUA ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	91
3.3. O MST E SEUS PROJETOS.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
BIBLIOGRAFIA.....	106

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina e seus mediadores no período de 1980 a 1990. Especificamente, avaliar como estes mediadores interferiram na conformação da identidade política do Movimento e quais as suas consequências nos projetos econômicos, políticos e organização interna.

Para atingir este objetivo utilizaremos a perspectiva de entendimento desse desenvolvimento a partir dos discursos dos mediadores que entram em contato com esse Movimento. Partindo desta analisamos como as lideranças destes agricultores sem terra se apropriam destes discursos tornando-se seus próprios mediadores.

Os procedimentos metodológicos que utilizamos nesta pesquisa foram principalmente entrevistas com dirigentes de mediadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, e análise documental do mediador principal (CPT) e do próprio MST. Aqui também ressaltamos a opção pela análise de discurso como instrumento metodológico, no sentido de entendermos como a identidade coletiva do MST foi construída e como se modificou no decorrer da década.

A hipótese principal é que durante a década de 80, novas mediações políticas entraram em contato com o MST-SC e, utilizando novos discursos, deslocaram o mediador privilegiado da época de seu surgimento (CPT), refletindo em mudanças de seu projeto econômico, político e organização interna.

O primeiro capítulo contextualiza a discussão teórica sobre movimentos sociais, através de uma abordagem panorâmica, aprofundando mais a opção escolhida por nós.

Nesta abordagem, a construção da identidade coletiva dos agricultores sem terra se localiza num campo intermediário entre as visões que interpretam a ação social enquanto expressão de interesses de classe, determinadas pelas relações de produção e aquelas que vêem a ação social sendo determinada pelo jogo de vontades individuais.

Neste caso, trabalhamos com a abordagem que designa toda identidade, seja individual ou coletiva, como construída por uma sobredeterminação. Essas identidades dependem de uma articulação de diversas posições de sujeito: culturais, políticas, religiosas, econômicas etc., realizadas numa luta hegemônica para constituir uma conexão entre estas diversas posições (Laclau, 1986). Um papel importante em relação aos movimentos sociais, nessa perspectiva, é o dos mediadores e seus discursos, que lutam para hegemonizar e construir essa conexão de identidades fragmentadas, em uma identidade coerente e única.

O segundo capítulo analisa a relação do MST com a CPT, de 1980 a 1985, relacionando o discurso utilizado por este mediador e quais suas consequências em termos de projeto econômico, político e organização interna do Movimento. Também discute a eficácia e a ineficácia deste discurso em algumas questões conjunturais, o que levou a um enfraquecimento de sua interpelação junto aos agricultores sem terra.

O terceiro capítulo analisa a mudança de mediador, e os motivos que levaram a esta mudança, indicando qual o discurso hegemônico a partir de 1985, e quais suas consequências nos projetos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina. Este capítulo também analisa dentro da perspectiva teórica adotada, outros discursos que entram em contato com o discurso hegemônico, tornando-o menos absoluto e mais eficaz em suas interpelações. Este discurso coloca o Movimento em evidência na sociedade e também consegue legitimar as lideranças em sua base social,

conferindo-lhe uma potencialidade que nenhum movimento conseguiu no Brasil até hoje.

As considerações finais serão uma reflexão sobre as diferenças e semelhanças de discursos nos dois períodos para que possamos ter um panorama geral do desenvolvimento desse movimento na década analisada

Um fato que não podemos deixar de ressaltar é que apesar de focalizarmos principalmente a CPT e a Igreja Católica como mediadores principais e privilegiados dos agricultores sem terra entre os anos de 1980 e 1985, não podemos esquecer que outras Igrejas também auxiliaram nestas lutas, especialmente a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Este focalizar sobre o trabalho dos cristãos católicos junto aos agricultores é por motivos metodológicos, com o recorte do discurso principal e também porque os agentes religiosos católicos foram os mediadores fundamentais na formação dos agricultores sem terra desta época.

Poderia se dar como exemplo do trabalho da Igreja Luterana, que realizava um trabalho paralelo de formação, um texto para meditação incluído no texto-base de formação dos agricultores, que fazia parte do lema de evangelização do ano de 1982: “Terra de Deus terra para todos” que não por acaso, tinha o mesmo título do livro católico:

“A terra é de Deus. Ele não é latifundiário. Nem quer latifúndio algum. Ele não segura a terra. Ele a dá aos homens para seu sustento. Ele dá tanta terra que chega para todo o mundo. Ele dá tanta terra para que cada um que o deseja, possa se fixar nela...

São, pois, contra Deus os que comprem mais e mais terras a fim de vendê-las depois. Desprezam Deus os que se desfazem da terra do seu sustento. Renegam Deus os que expulsam as pessoas da terra.

Desconfiam de Deus os que se deixam expulsar da terra.

Blasfemam os que dão mais valor ao boi que ao homem.

Amaldiçoam a Deus os que implantam grandes empresas rurais que não enchem a panela do povo.

Todos estes abusam da terra.

A terra é de Deus. Ela a dá a nós para uso igual para todos. Ele cuida deste uso. Os abusadores transgridem sua lei...”

Podemos notar, a partir desse discurso, que a lógica interna segue a mesma que o mediador católico (CPT) utilizava.

Esperamos que o objetivo tenha sido alcançado e que esta dissertação sirva como contribuição para o desenvolvimento teórico na compreensão do papel dos mediadores no interior dos movimentos sociais e, especificamente neste estudo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina. Também gostaríamos que este auxiliasse aos próprios Movimentos a compreenderem como ocorre essa relação e suas consequências.

CAPÍTULO 1. TRÊS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na análise dos movimentos sociais que surgiram nas décadas de 70 e 80, várias perspectivas teóricas tentaram explicar esse surgimento e posterior desenvolvimento. Questões como estrutura social, mudança social, novos e velhos sujeitos sociais e outras se integravam ou não dentro das diversas teorias.

Para o caso específico dos movimentos sociais rurais que também surgiram nessa época, as discussões também passam pelos eixos analíticos apontados acima.

Para esta reflexão sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina (MST), da década de 80, as questões teóricas que pretendemos enfrentar se relacionam com estrutura social, novos ou velhos sujeitos e quais os caminhos teóricos que poderão auxiliar neste desafio.

Para uma compreensão deste fenômeno social, podemos analisar a partir de três abordagens o surgimento dos movimentos sociais e, no caso específico, dos movimentos sociais rurais: estrutural-determinista, político-institucional e pluralista-articulista.

1.1. ABORDAGEM ESTRUTURAL-DETERMINISTA

Esta abordagem nos dá uma visão de como surgem os movimentos sociais rurais, pelo viés econômico, a partir das contradições da entrada do capitalismo no campo (José de Souza Martins, 1981; Octávio Ianni, 1985; José Graziano da Silva, 1981). Não

podemos dizer que estes autores tenham uma análise linear da questão, há nuances importantes diferenciando-os, mas para a perspectiva adotada nesta dissertação estas diferenças não serão muito importantes, principalmente a partir dos textos indicados.

No início dos nossos estudos sobre movimentos sociais, rurais ou não, o marxismo surgiu como base teórica para a explicação do surgimento dessas ações sociais que contestavam a ordem social em sua base, que era a propriedade privada da terra. Nesta perspectiva se analisava a sociedade como um todo racional, em que a posição do sujeito no processo de produção já lhe indicava sua função nas lutas sociais. Ou seja, no modo de produção capitalista, as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção tornavam necessária a revolução e, neste caso, das duas classes em luta, burguesia e proletariado, esta última teria a função de revolucionar a sociedade e provocar a libertação de todos os homens, do grilhão do "Capital". Os movimentos sociais, como constituintes de lutas que englobavam diversos setores explorados da sociedade eram reduzidos ao termo "proletários", e estavam imbuídos desta necessidade de transformar a sociedade, uma vez que na luta de classes eles faziam parte do sujeito histórico da revolução juntamente com os operários urbanos. A ligação necessária entre posição do sujeito no processo de produção e participação nas lutas sociais estava dada e, assim, poderia ser explicado o surgimento dos movimentos sociais e quais suas perspectivas.

Neste caso, os movimentos sociais rurais, tais como o Movimento contra as Barragens, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento das Mulheres Agricultoras e outros, são reduzidos a uma perspectiva de luta de classes e acham seu

nicho dentro do discurso e da teoria marxista como integrantes do sujeito que revoluciona a sociedade, no processo de mudança social.

A explicação mais utilizada para o surgimento dos movimentos sociais rurais, dentro desta perspectiva, pode ser construída deste modo:

O aparecimento dos movimentos sociais rurais dá-se pela modernização da produção agrícola, decorrente da entrada do capitalismo no campo (Ianni, 1985, p.15).

As alterações resultantes deste processo combinam dinâmicas de expropriação, subordinação e exclusão dos trabalhadores rurais. O futuro dos agricultores, ainda donos dos meios de produção, fica restrito a três alternativas:

- a) Os agricultores capitalizados convertem-se em empresários rurais;
- b) Os agricultores vinculam-se às agroindústrias (processo de integração);
- c) Os agricultores proletarizam-se.

Os movimentos sociais rurais das décadas de 70 e 80 seriam resultado das novas contradições decorrentes dessa dinâmica estrutural. No caso dos movimentos que lutam pela terra, seriam formados por contingentes de trabalhadores que não foram "hábeis" ou não foram "selecionados" nesse processo, ou seja, são os excluídos (Gaiger, 1987, p.68-72).

Neste caso, a estrutura econômica, a dinâmica do modo de produção capitalista coloca os movimentos sociais como co-participantes ao lado dos setores explorados e oprimidos, os proletários, designando-lhes sua função no sistema como sujeitos

históricos da revolução, com toda a carga psicológica e cultural que este termo significa, dotando-lhes o lugar e seu caminho na sociedade.

1.2. ABORDAGEM POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Esta perspectiva de análise do surgimento dos movimentos sociais rurais, que não se localiza no nível econômico, explica que estes surgem a partir de falhas no sistema representativo político e corporativo. Pelo lado da representação política a falha ocorre a partir dos partidos políticos e, pelo lado corporativo, a partir dos sindicatos.

No caso da representação corporativa, esta perspectiva analisa como um fator importante o surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR) a partir do Estado. No entanto os sindicatos surgiram com um papel fundamentalmente assistencialista, não representando os interesses econômicos dos associados. Funcionariam como um braço auxiliar do Estado para controlar os agricultores, não deixando que os conflitos se manifestassem. Conflitos estes que existiam há muitos anos e que se traduziam nas organizações que haviam surgido antes dos sindicatos, como as ligas camponesas no nordeste e também em lutas no RS, PE, PR e outros estados, por reforma agrária, por melhores preços etc..

Essa falta de representatividade dos sindicatos estaria associada ao fato de que a maioria dos STR (Sindicatos de Trabalhadores Rurais) surgiu na época do regime militar, em uma estratégia de cooptação a partir do Estado (Grzybowski, 1985, p.256).

No caso das instituições políticas, apresentam-se duas visões: a primeira é a de que os partidos políticos brasileiros nunca assumiram os interesses dos trabalhadores rurais, pois privilegiam suas bases urbanas (Gaiger, 1987, p.94); e a segunda é a de que, desde o regime militar, os partidos tiveram suas funções restringidas e, com isso, o sistema político perdeu representatividade e legitimidade como canal de expressão de interesses (Vigevani, 1989, p.133).

1.3. ABORDAGEM PLURALISTA-ARTICULISTA

Esta terceira abordagem de análise dos movimentos sociais interpreta a sociedade como uma pluralidade de posições de sujeito, que podem ser constituídos a partir de várias formações discursivas (Laclau, 1986). Neste caso, os movimentos sociais seriam articulações de discursos que mobilizam várias significações, vinculadas à posições de sujeito (religiosas, econômicas, culturais etc), que os unifica e mobiliza-os em busca do que lhes foi tirado ou que é considerado como um direito coletivo.

Para estudar a problemática da interação entre o MST-SC e seus mediadores políticos partimos do pressuposto que a ação social não é consequência direta de condições objetivas ou estruturais, isto é, o surgimento deste movimento de luta pela terra e seu posterior desenvolvimento não são determinados objetivamente pelos processos de expropriação, exclusão e subordinação que ocorreram devido à modernização da produção na agricultura.

Esses processos “nada mais são do que matéria-prima que potencialmente alimentam as reivindicações [do MST-SC]: entre estes e as lutas sociais propriamente

ditas há todo um processo de ‘produção de experiências’¹ que não está de antemão tecido nas ... condições materiais objetivas” (Kowarick, 1988, p.18).

É nesse processo de “produção de experiências” que se insere este estudo sobre as mediações políticas e as formações discursivas que as orientam. Essa produção de experiências está intimamente ligada à questão de atribuição de significados que os próprios agentes outorgam ao processo. Entretanto essa atribuição de significados não é realizada isoladamente pelos agentes sociais, mas é um processo decorrente de suas próprias ações e de sua interação com outros agentes.

Nesta dinâmica gera-se um processo de autonomia do sujeito coletivo, que não é considerada como independência absoluta de qualquer determinação, mas como capacidade de reelaborar as determinações externas em função daquilo que é definido como vontade do próprio sujeito.

Partindo disso, Laclau acredita que nas sociedades de hoje é mais válida do que nunca “a idéia gramsciana de que os agentes sociais são vontades coletivas criadas através de complexos processos de articulação política” (Laclau,1987,p.16).

A forma que as diversas posições de sujeito são articuladas depende de uma luta pela hegemonia entre diversos discursos que se compõem a partir das formações discursivas constituídas da sociedade.

A hegemonia é aqui pensada ultrapassando o marco classista do marxismo, sendo que “o campo das relações hegemônicas passa a cobrir a totalidade das relações sociais” (Laclau,1987, p.15).

¹A noção de “produção de experiências” é baseada em E. P. Thompson, “Tradicion, Revuelta e Consciencia de Clase”, Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

Essa articulação política é realizada através de discursos que fazem parte de formações discursivas instituídas, dentro de uma determinada sociedade e época, mas que podem ser reproduzidas ou modificadas por diversos agentes sociais.

Para definirmos essas formações discursivas podemos nos valer da definição de matrizes discursivas de uma sociedade entendidas como “modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados, implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (de situações, dos temas, dos atores), como na referência a determinados valores e objetivos” (Sader,1988, p.143).

As maneiras como o MST-SC entra em contato com as formações discursivas e vice-versa são principalmente duas: através de sua inserção nas relações sociais (relações econômicas e políticas) e através dos mediadores. Nesta complexa interação se conforma a identidade política deste movimento.

Na análise do MST, a inserção nas relações sociais terá um papel de pano de fundo que nos auxiliará a compreender a formação dessa identidade, mas o fundamental é analisar como e quais os mediadores [que] utilizam e modificam as formações discursivas, formando um discurso hegemônico que unifica as diversas posições de sujeito em uma identidade política “sem terra”.

Neste sentido os mediadores são definidos como agentes sociais que “têm um trabalho direto ou de apoio às lideranças e às organizações dos movimentos, desenvolvidos por profissionais técnicos, militantes políticos e missionários religiosos. São trabalhos individuais ou coletivos emanando de instituições” (Gohn,1987, p.1).

São agências que, embora participem da cultura instituída, são capazes de modificar esse discurso e expressar novas experiências, resistências e rupturas.

Na primeira abordagem, estrutural-determinista, o nível econômico é privilegiado, e os movimentos sociais rurais são determinados pelas contradições da entrada do capitalismo no campo, gerando conflitos e moldando as posições dos sujeitos nas suas lutas por mudanças sociais.

Na segunda abordagem mencionada, o nível político é privilegiado, e o Estado assume com toda sua potencialidade o papel designado pela perspectiva marxista, de grande instrumento de dominação capitalista: "O Estado é representante da classe economicamente mais poderosa que se torna a classe politicamente dominante, adquirindo novos meios de oprimir e explorar a classe dominada". (Engels in: Lenin, O Estado e a Revolução, 1986). Este aspecto político apresenta o cerceamento do sistema representativo como causa para uma re-significação da sociedade civil frente ao Estado, e daí o surgimento dos movimentos sociais (Weffort, 1992; Álvaro Moisés, 1990 et ali).

Na última abordagem, a sociedade é concebida como espaço de formações de identidades coletivas, portanto consideramô-la como alternativa para o entendimento dos movimentos sociais, desvinculando-a das bases teóricas tradicionais. A visão da sociedade plural e indeterminada auxilia para que não se caia na tentação de considerar os movimentos sociais como um sujeito social cujo destino está determinado de antemão. Além disso, há a consideração do pluralismo dos atores, o que auxilia para a interpretação de uma sociedade democrática, na qual se considera o político, o econômico e o social, sem haver distinção de determinação por alguns dos níveis.

Este é o caso da visão pluralista de sociedade (Laclau, 1992, p. 138), que entende os movimentos sociais como conflitos que foram dinamizados por um discurso que articulou as diferentes posições de sujeito que os seres humanos têm na sociedade,

dotando-lhes de uma identidade social que não é imutável e que se transformará novamente quando outro discurso lhes articular de maneira diferente suas posições de sujeito (Laclau,1986; Ardit,1988; Scherer-Warren, 1992 et all).

Baseados na perspectiva da construção discursiva do social, em primeiro lugar, “a política não pode ser colocada como uma instância ou lugar específico na sociedade, já que é um modo de ser do social, que está presente sempre que existam forças antagônicas que tentam articular diferencialmente um campo de objetos” (Laclau,1987, p39).

Em segundo lugar, “a construção discursiva não estrutura somente o campo das lógicas sociais: também constrói o campo da subjetividade. Neste sentido se rompe com uma concepção de sujeito como entidade originária e constitutiva, como sujeito transcendental, e o que ocorre é a afirmação do sujeito como realidade cindida, constituída como resultado de práticas discursivas antagônicas” (Laclau, 1987, p. 39).

Em síntese, das três perspectivas acima descritas e suas variantes, surgem as explicações para o surgimento dos movimentos sociais e dos movimentos sociais rurais em particular: a primeira adota uma perspectiva mais determinista e apriorística, reduzindo os movimentos sociais a parcelas do proletariado e, logo, não esgota as possibilidades e singularidades destes. Talvez como reação a essa posição, tenha surgido a abordagem de considerar os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 como "novos sujeitos", que não eram determinados aprioristicamente e se caracterizavam pela descentralização do poder, autonomia, resistência ativa não-violenta, relação comunitária, deslegitimação do Estado, valorização do papel da mulher, luta pela

cidadania e outros (Scherer-Warren,1987, p.36; Lisboa,1987, p.23; Karner,1987, p.19-20; Krischke,1987; Viola e Mainwaring,1987).

A segunda abordagem, que prioriza o aspecto político, caracteriza-se pelo determinismo, principalmente em relação ao surgimento dos movimentos sociais, todavia não é apriorística quando deixa espaço para uma avaliação de como estes seguirão seus caminhos, sem teleologicamente indicar-lhes o futuro.

A terceira abordagem, pluralista, caracteriza-se pelo não determinismo, seja do surgimento como do desenvolvimento dos movimentos sociais, e será a partir dela que tentaremos analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina na década de 80. Esta abordagem será usada porque nos pareceu, nesta linha, poder captar a singularidade dos movimentos sociais através do estudo de suas mediações e de suas contribuições para o desenvolvimento destes. Mediações são aqui entendidas como "ação política que aponta direção para as lutas e auxilia na organização dos participantes e, com isto lhes auxiliando na formação da identidade política" (Grzybowski,1985, p.249).

Dentro desta visão teórica há uma maior valorização da categoria processo em face da categoria estrutura, pois o espaço social passa a ser pensado "como uma pluralidade de processos que dão vida e sentido histórico a uma determinada realidade social" (Ribeiro,1991, p.98).

Com essa revalorização da categoria processo, as totalidades que dão sentido aos sujeitos a partir de uma posição determinada nas relações de produção perdem seu sentido, pois há somente totalidades circunstanciais que não se mantêm por tempo

indeterminado. O resultado dessas alterações acaba atingindo também as categorias essência-aparência, porque a variação e a heterogeneidade da vida coletiva tende a indicar a inadequação de reducionismos teóricos que retiram de situações particulares o seu sentido, em nome de necessidades teleológicas que identificam um "sujeito histórico" como generalizador e cristalizador de todas as lutas sociais. A aparência é, neste sentido, "um amplo campo de determinações das ações humanas vinculado, diretamente, às inscrições do ser social numa cultura e universo hierarquizado de valores" (Ribeiro,1991, p.99).

Dentro dessas correções de rumo, há uma valorização da esfera da reprodução em detrimento da esfera produtiva, pois as análises que se baseiam na estrutura social têm uma predeterminação embutida, resultante da posição do sujeito na produção, que acaba pressionando as práticas sociais dos sujeitos, atribuindo-lhes objetivos que não auxiliam para uma melhor compreensão dos objetos pesquisados, ou seja, tornam-se wishfull thinking.

1.4. DISCURSOS E IDENTIDADES

Dentro desta análise mais geral das questões teóricas, passaremos a definir perspectivas mais específicas que auxiliam uma melhor compreensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina e suas mediações, que é o objetivo deste trabalho, tentando captar sua singularidade.

Neste caso, necessitamos definir movimentos sociais para, dentro da perspectiva teórica escolhida, termos a base de sustentação deste trabalho.

Partindo das premissas já colocadas, sobre o entendimento do espaço social como uma pluralidade de processos discursivos que dão sentido a uma determinada realidade social e, também, na valorização da esfera reprodutiva e da aparência como relevantes, pode-se considerar os movimentos sociais como sujeitos coletivos ou " uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas" (Sader,1988, p.59).

Esse sujeito é pensado diferentemente da noção racionalista ² das Ciências Sociais, em que este é uma categoria com significado homogêneo capaz de informar a totalidade da conduta dos indivíduos. Na perspectiva aqui adotada "devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente de várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído no âmbito de várias formações discursivas" (Laclau, 1986, p.43). E esta pluralidade ocorre porque "um conjunto de posições de sujeito tornaram-se pontos de conflito e mobilização política" (Laclau,1986, p.43).

Os movimentos sociais (e no caso específico aqui estudado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina), são exemplos da pluralidade de posições de sujeito (religiosas, econômicas, culturais, étnicas etc) que são articuladas e potencializadas por um discurso que os unifica em uma identidade coletiva, social e política.

² Esta noção racionalista está ligada a visão de que uma ação pode ser deduzida por processos lógicos a partir de premissas válidas. Neste sentido, a partir de premissas estruturais pode-se deduzir quais serão as condutas futuras dos sujeitos sociais.

Para estudarmos as mediações políticas do MST e como estas interferiram no surgimento e desenvolvimento deste, é necessário analisar o conceito de discurso e como o mesmo é construído, já que este é o conceito central no entendimento da formação das identidades e dos sujeitos sociais.

No caso utilizaremos a noção de discurso desenvolvida por Celi Regina Pinto em sua obra "Com a Palavra o Sr. Presidente José Sarney", de 1988. Esta definição é baseada na Linguística e nas Ciências Sociais, e na sua construção há uma redefinição de várias categorias das duas disciplinas, chegando a uma configuração de discurso e análise de discursos.

Todo o trabalho da autora leva à uma articulação da definição de discurso de Julia Kristeva³ pelo lado da Linguística, e Laclau e Mouffe⁴ pelo lado das Ciências Sociais, nos quais são encontrados diversos pontos de contato que auxiliam numa interpretação de como o discurso pode ser entendido na análise e na formação dos fenômenos sociais.

Para os dois pontos de vista o discurso é afirmado "como uma operação corporificada socialmente" (Pinto, 1988, p.19).

³ "O termo discurso designa de forma rigorosa e sem ambigüidade, a manifestação da língua no interior da comunicação viva. Precisada por Émile Benveniste, ele se opõe portanto a aquela de langue, que recobre, daqui para frente, a linguagem como um conjunto de sinais formais, estratificados em falantes sucessivos, formadores de sistemas e de estruturas. O discurso implica, portanto, a participação de sujeito na sua linguagem". (1974, 16)

⁴ "Chamamos articulação qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos de tal forma que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. À totalidade estruturada resultante da prática articulatória nós chamamos de discurso" (1985, 105)

Para Kristeva (1974, p.16) o sujeito é, ao mesmo tempo, enunciador do discurso e seu efeito. Para Laclau e Mouffe (1985, p.107), as práticas sociais não podem ser entendidas senão enquanto produção social de sentido. O discurso é o local onde estas práticas são materializadas na linguagem. Isto significa que o estudo do discurso deve ser o estudo "das formas que sujeitos históricos significam suas condições de existência" (Pinto,1988, p.19).

Aqui aparece o primeiro efeito desta articulação entre Linguística e Ciências Sociais. Não há uma dicotomia entre o real e o aparente, já que o real é apreendido através de práticas articulatórias; o real não existe enquanto tal, mas como prática.

Para entender o discurso definido enquanto prática social inscrita em historicidade é necessário romper com alguns conceitos das Ciências Sociais:

"Os esquemas totalizadores tem que ser abandonados e se pensar os processos históricos e as formações sociais a serem estudados não a partir de um princípio de racionalidade único, mas a partir do entendimento de que se constituem significativamente através de uma multiplicidade de posicionalidades - de discursos que lutam entre si pelo poder de interpelar sujeitos, articulando elementos pertencentes ao imaginário coletivo, à história dos povos, a forma que cada sociedade se organiza, à sua produção e tantas outras posicionalidades presentes na humanidade para reproduzir-se enquanto tal" (Pinto,1988, p.20).

Para entendermos melhor a questão do discurso também é necessário analisar a relação entre discursos e práticas não-discursivas.

Há uma relação estreita e necessária entre essas duas práticas, mas o mais importante é que essa relação é de não-causalidade. Neste caso, Foucault nos auxilia

com suas análises indicando a função que o discurso tem no campo das práticas não-discursivas (Foucault, 1973, p.68).

A relação necessária entre o discurso e o aparato não-discursivo é a de que o discurso seja enunciado de algum lugar, e que esse lugar disponha de alguma autoridade para enunciar-lo. Todavia o mais importante é que, quando o discurso é enunciado, ele acaba enunciando o próprio local de enunciação e deste modo, acaba alterando-o com seu discurso. O discurso da reforma agrária necessita de um aparato não-discursivo para sua formulação (MIRAD, CPT, Partidos Políticos, MST, Sindicatos etc.), porém este aparato é enunciado e transformado dentro do próprio discurso. E isto ocorre porque em cada discurso feito há uma re-significação dos próprios agentes do discurso. Isto explica porque o próprio MIRAD já tenha tido de alterar seu nome e seus objetivos, desde que foi fundado, pelo menos uma dezena de vezes, relacionado com questões políticas objetivas, mas também a partir de novos discursos em relação à Reforma Agrária.

O segundo tipo de relação aponta para a capacidade do discurso, entendido como uma prática discursiva, articular, de múltiplas formas, uma única prática não-discursiva. O mundo das significações, que é dado pelas práticas discursivas, relaciona o não-discursivo com o contextualizado. Um exemplo disso pode ser o de uma família camponesa, que ocupa uma terra não explorada, sendo expulsa posteriormente. O fenômeno social sem contextualização nada significa. Mas dentro de um contexto, pode ser significada de diversas maneiras, como família invasora de propriedade privada, ou como heróis da causa da reforma agrária. Estas significações são articuladas pelas práticas discursivas. Dependendo da significação dada à prática não-discursiva aplaudese ou critica-se, constroem-se diferentes identidades e sujeitos. As práticas não-

discursivas devem ser levadas em consideração quando se buscam as condições de emergência de um discurso a ser estudado, e as formas como são construídas as condições de existência de um discurso.

Agora insere-se neste contexto a discussão da formação de identidades e sujeitos. E já que, baseado na teoria do discurso, o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo social também o são, e disso resulta que os sujeitos sociais não são causa, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos. Neste sentido, pode-se dizer que o proletariado é sujeito dentro de um discurso de relações de trabalho, à medida que os negros serão sujeitos quando um discurso que envolva as questões étnicas os interpelarem enquanto indivíduos e os transformarem em sujeitos desse discurso. Mas também é necessário salientar que nem sempre um sujeito é constituído por um único discurso e que, na verdade, os sujeitos são constituídos por uma intersecção de discursos que convivem em uma sociedade e que se articulam em uma unidade às vezes contraditória que constitui o sujeito. O indivíduo pode ser interpelado, tornando-se sujeito de discursos tão diversos como um discurso de classe, religioso e científico.

Para entender melhor, é preciso definir interpelação como "o ato de identificação do indivíduo (sempre já sujeito) no discurso de outro. Quando se identifica torna-se sujeito" (Pinto, 1988, p.27).

Pode-se dizer, então, que o processo interpelativo no interior de uma sociedade se constitui na luta por construção de sujeitos.

A interpelação está muito vinculada à questão do poder dos discursos e esta é mais baseada na identificação dos indivíduos ao discurso que no poder de sanção negativa que alguma autoridade institucionalizada possa ter. O discurso só exerce poder pela identificação, pela adesão espontânea. Há uma ligeira semelhança com o conceito gramsciano de hegemonia, considerada como liderança intelectual aceita espontaneamente. A capacidade de um discurso exercer o poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder às demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos. A pluridiscursividade do social pressupõe a existência de uma constante luta entre discursos na busca de interpelarem novos sujeitos.

O poder do discurso determina sua capacidade de permanência em uma dada sociedade; sua condição essencial é a de que nunca está completamente instaurado, é sempre provisório. A dinâmica do discurso está relacionada com suas condições de emergência, tanto às práticas não-discursivas, como quando se refere a outros discursos presentes em uma dada época histórica. Os novos sujeitos, os novos enunciados constroem-se a partir de velhos sujeitos, de velhos enunciados que criam as condições de emergência dos novos.

A pergunta principal é: Quem pode falar o quê, para quem, em que lugar e de que lugar?

Os discursos institucionalizam-se porque constroem seus sujeitos de autoridade e, ao mesmo tempo, recriam discursivamente suas condições de emergência não-discursivas, isto é, seus locais de enunciação.

O desafio colocado é pensar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina como um espaço interdiscursivo, em que determinados discursos interpelam indivíduos, em uma luta para se manter hegemônicos, construindo-os nessa luta e também se re-significando. As mediações políticas aparecem como os locais de enunciação, com suas autoridades, tentando construir novos sujeitos.

Baseado neste arcabouço levantado por Celi Regina Pinto, parece haver possibilidades de enfrentar esse desafio, conseguindo entender como este sujeito social (MST) se constitui, e quais as modificações que ocorrem no seu interior no decorrer dos anos aqui estudados (1980-1990), em termos de projeto político, projeto econômico e organização interna a partir dos discursos dos mediadores.

CAPÍTULO 2 - IGREJA, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E AGRICULTORES SEM TERRA NO OESTE CATARINENSE.

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar os discursos utilizados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), em sua relação com os agricultores do Oeste de Santa Catarina, especialmente com os agricultores sem terra, com os quais construiu conjuntamente uma identidade coletiva que resultou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Neste capítulo ressaltaremos principalmente as características dos discursos que moldaram o projeto político, econômico e a organização interna deste movimento de 1980 a 1985, quando este, após esta data, tomou um rumo “autônomo”. Este corte cronológico foi feito devido ao fato de que, nas entrevistas realizadas para esta pesquisa¹ ficou evidente que os atores que participaram destas relações dividiam o período de 1980 a 1990 em dois, com uma acentuação na separação entre CPT e MST, no ano de 1985, quando da realização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, realizado em Curitiba, PR.

¹ “Então, a partir da ocupação de 85, os municípios começam a ter representantes na coordenação e esses representantes foram eleitos nos municípios. ...no próprio processo de ocupação é que começou a aparecer a necessidade de ter um movimento mais organizado...”(entrevista com JF, em 1992)

“...a partir da ocupação de 85 é que a estrutura de organização do movimento começa a se sedimentar” (Entrevista com JF, em 1992)

“E a partir de 86, daí começou a haver um certo distanciamento entre a CPT e o Movimento Sem Terra”. (Entrevista com dirigente da CPT, em 1992, I. O.)

“Sim, até 85, teve influência até 86, sim...aqui nessa região. Sem muito problema assim... Porque o Movimento foi surgindo, foi nascendo, surgindo e foi se fortalecendo, foi se definindo como Movimento”. (Entrevista com dirigente do MST, em 1992, P.P.)

2.1. IGREJA, AGRICULTORES E LUTAS SOCIAIS NO OESTE DE SANTA CATARINA: CONTEXTO.

Nos anos anteriores a 1980, diversas lutas da agricultores surgiram no Oeste de Santa Catarina, relacionadas com preços de produtos, peste suína, previdência social, indenização por estradas feitas em suas terras, entre outras. Estas lutas contaram com auxílio da Igreja Católica de Chapecó e da região, cujas ações já estavam baseadas nas mudanças ocorridas na instituição a partir de Medellín e Puebla (Teixeira, 1988).

Estas mudanças, genericamente, deviam-se à nova visão de Igreja que veio a se instalar com o Concílio Vaticano II, a partir da qual a mesma deixou de ser pensada como uma estrutura piramidal, onde apenas as pessoas que detinham o poder tomavam as decisões. A Igreja começou a ser pensada como uma comunidade, na qual todos são chamados a participar corresponsavelmente na construção e no serviço do Reino². Esta maneira nova de viver a vida eclesial, onde todos se sentem Igreja, foi retomada na leitura latino-americana do Concílio realizado em Medellín(1968), e tornou-se o lema de Puebla(1979): Comunhão e Participação.

Deve-se ressaltar que esta tomada de posição não foi uma decisão assumida por toda a hierarquia da Igreja Católica, mas em toda esta fase houve uma convivência difícil entre a hierarquia e os representantes desta linha pastoral. Esta visão predominou mais em termos de ação social da Igreja do que em sua estrutura interna, derivando de

² Reino é aqui identificado com Reino de Deus: "... é a grande utopia de uma realidade plenamente liberta e reconciliada. ...diz respeito ao estado escatológico definitivo e último da salvação, que transcende as práticas humanas e, por outro lado, manifesta-se nos projetos histórico-libertadores, que constituem seu germe e início."(TEIXEIRA, Faustino, 1988, p.41)

sua suposta democracia de base os conflitos entre as comunidades eclesiais e a hierarquia institucional.

Apesar destes conflitos intrainstitucionais, foram destas modificações ocorridas no discurso da instituição que surgiram os novos discursos, dando base às lutas dos agricultores da região Oeste de Santa Catarina e que depois se espalhariam por todo o Estado.

No início, que se poderia datar do final da década de 70, com lutas pontuais de agricultores por melhores preços de seus produtos, previdência social, indenizações por construções de estradas em suas terras e protestos em relação a peste suína³, a Igreja Católica foi o referencial mais importante, tanto pela força da instituição em um meio que tinha a religiosidade como um elemento definidor de seu ethos, como também porque era a única instituição social com força suficiente para confrontar o regime ditatorial, que estava em seu final. Estas lutas desembocaram na tentativa de conquista dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente no Oeste catarinense, onde se contrapunham sindicalistas “autênticos” e “pelegos”⁴. Para se ter uma noção do discurso adotado pelos assessores da Igreja neste confronto utilizaremos uma parte de entrevista com um assessor:

”...a gente precisava criar condições para que se pudesse começar trabalhar uma perspectiva nova do Movimento Sindical Rural..., porque todo mundo só trabalhava em negócio de, de Funrural,...era assistencialismo, enquanto que as

³ ROCHA, Elton B. Organizações Rurais de Base no Oeste Catarinense. Os vários movimentos que ocorreram no século XX. UFSC, 1985, mimeo. Principalmente p. 20 em diante.

⁴ “Pelegos”: dirigentes sindicais que tinham atuação complementar ao Estado, assistencialistas, que não defendiam as causas de seus filiados, sendo que “autênticos” eram dirigentes que constituíam os sindicatos como ferramenta de luta dos agricultores em suas reivindicações.

grandes questões do Banco, as questões da terra, as questões de preço, ...quer dizer, não eram levados do ponto de vista do sindicato”.(JF, entrevista em 1991)

A questão da peste suína foi uma motivação importante, (como um dirigente da Igreja disse em uma entrevista)⁵, para se organizar os agricultores e conscientizá-los da importância da fundação de um Movimento Sindical Rural de oposição. Isto auxiliou na construção de um discurso oposicionista, identificando os agricultores com a Igreja, diante da gravidade da situação, ressaltando que os sindicatos não assumiram a luta dos agricultores, fazendo com que milhares destes perdessem seus animais e seu meio de vida.

Nesta luta germinou o trabalho da Igreja, no sentido de conquista de sindicatos. Mas, neste afã de organização de agricultores, com reuniões de discussão de problemas, análises de conjuntura, problemas novos, que não estavam na pauta da conquista de sindicatos, surgiram. Uma das várias questões que surgiu foi o problema da divisão da terra, que dentro deste caminho da conquistas de sindicatos tomou tanto vulto que se chegou a pensar em formar sindicatos por categorias de agricultores: sindicato dos sem terra, sindicato dos empregados rurais, sindicato dos pequenos produtores e assim por diante. A solução encontrada, no início, foi de colocar todas estas questões na pauta dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e tentar conquistá-los, apoiando dirigentes sintonizados com estas necessidades, nas eleições a serem disputadas.

Paralelamente, em 1979, houve ocupações de terras no noroeste do RS. Agricultores expulsos das terras dos índios da Reserva de Nonoai ocuparam duas

⁵ "Na época, a luta pela terra acabou se transformando num dos instrumentos para a gente começar a derrotar, derrubar...(os pelegos)de organização dos agricultores, mas ao mesmo tempo com o objetivo de disputar o negócio dos sindicatos. Isso já tinha acontecido em 79, 78, quando teve aquele negócio da peste suína africana. A peste suína africana também foi um, foi um gancho que deu aí, que a gente conseguisse mobilizar muita gente em torno dessa barbaridade que foi a peste suína..." (J.F. 26/06/92)

fazendas do Estado do RS, e nesta luta conseguiram as terras, com apoio da CPT, ou seja, deste setor da Igreja. Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, ficou claro que a questão de terra já vinha sendo discutida no RS, e que estas ocupações ocorreram com assessoria e coordenação da CPT:

“O pessoal começou a voltar (das colonizações do Mato Grosso) e nos trabalhos afilgados a Igreja, na época, começaram a discutir as possibilidades de que aqui se começasse a fazer uma coisa desse tipo (ocupações). E aí, ..., aqui em Santa Catarina a discussão não existia ainda. Existia mais no Rio Grande do Sul. Por isso, no Rio Grande do Sul, ..., as duas ocupações que houve, na Macalli e na Brilhante⁶ foram organizadas”. (Entrevista com JF, em 1991)

É interessante notar a relação da Igreja com duas lutas simultaneamente: por um lado, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, que conscientizou os Índios em Nonoai e também em Xanxerê da exploração e da perda de identidade, fazendo com que eles agissem no sentido de garantir seus direitos às terras e a sua cultura, expulsando os agricultores que lhes arrendavam ou grilavam suas terras; e, por outro lado, a CPT, trabalhando com os agricultores expulsos que não tinham terra e meios de sustento, e iriam formar acampamentos ou morar em favelas nas cidades maiores, mais próximas. Esta perspectiva é interessante para futuras pesquisas sobre a relação entre a Igreja e os agricultores, e as consequências desta relação em termos sociais.

Com estas ocupações e com a volta de muitos agricultores que foram para as colonizações oficiais no Mato Grosso (Santos, 1993), quando expulsos pelos índios, começou a tomar corpo nas reuniões de organização e conscientização dos agricultores, a idéia de ocupação de terras. Esta idéia não tinha muito fundamento na cultura dos agricultores, pois estes tem uma visão de legalidade muito forte. Assim, esta

⁵ Fazendas na região noroeste do RS, em 1980.

característica de “tomar posse” pode ter se legitimado, a partir de dois fatos: o discurso da Igreja através de seus agentes de pastorais, que coordenavam estas reuniões; e a própria experiência dos agricultores retornados do Mato Grosso, onde eles haviam tido contacto com posseiros, que na luta pela terra ocupavam terras ociosas. Esta segunda opção ficou clara em entrevista com o coordenador da CPT na época, na qual ele afirma:

“os agricultores que voltaram do Mato Grosso contavam para os outros, no momento de “experiências”, como eles tomaram contato com outros agricultores no Mato Grosso, e como estes conquistavam a terra, e que, se isto acontecia lá, aqui também poderia acontecer, desde que se encontrasse terras desocupadas.”

(Entrevista com I. O., 1991)

Neste sentido, a Igreja colaborou com estes agricultores encontrando terras desocupadas, seja por colonizadoras falidas ou por latifúndios não ocupados. Por outro lado o discurso religioso, indo ao encontro à religiosidade da população rural, interpelando⁷, para usar expressão teórica, auxiliou nesta luta pela ocupação de terras, baseada na fé de que:

“ Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e povos” (CESEP, Fasc. II, p. 12)

“O povo que se organiza e busca a posse da terra, lutando pelo fim da propriedade, espalha a bênção de Deus e reconstrói o novo céu e a nova terra” (Isaías, 6,5; 17-25) (p.22)

“Hoje, todos os que ajudam e apóiam a luta pela justa reforma agrária, ajudam a espalhar a bênção de Deus”(p. 22).

Neste caso se encontram algumas das bases para a formação de identidade, conforme os pressupostos teóricos, já explicitados no capítulo 1, que utilizo nesta

⁷ Interpelação como “o ato de identificação do indivíduo (sempre já sujeito) no discurso do outro. Quando se identifica torna-se sujeito”. (Pinto, 1988, p. 27)

formação de identidades de “agricultores sem terra” que se movimentam, agem na direção da conquista de seus direitos e de seus ideais.

Encontra-se um discurso partindo de uma organização com autoridade, que é a Igreja católica, um discurso interpelativo que forma identidades, baseado nas condições concretas - não ter terra - e também com experiências vividas de encontro com posseiros em outra região (Mato Grosso), e ainda uma utopia mobilizadora encontrada nas palavras de profetas.

A bíblia motra que o primeiro sinal da bênção de Deus é a terra. A terra é a primeira promessa que Deus faz a Abraão(Gênesis, 12, 1-3). Deus promete a terra porque toda a terra pertence a Ele.

A entrada na terra prometida foi vista pelo povo como o grande sinal da libertação e da aliança com Deus.(Dt.,1,8;6,1;23)

A história de Israel é a luta pela terra. Seu enfoque predileto é a denúncia da exploração que sofrem os trabalhadores da terra e o anúncio de sua libertação.

Abraão recebe a promessa e caminha para a posse da terra que era propriedade dos Cananeus. E Deus não respeita a propriedade dos opressores (Gênesis, 12,5). A exemplo da caminhada de Abraão e do Povo de Deus em busca da posse da terra, a caminhada do povo hoje, em busca da terra é um sinal da bênção de Deus.

Neste discurso, já se encontram as bases necessárias a uma utopia religiosa, capaz de fazer com que os agricultores sem terra adquirissem uma identidade de “sem terra”, para uma ação de resgate de sua dignidade. Utilizando o exemplo de Israel e da luta pela Terra na Palestina, os animadores cristãos católicos, davam uma base ética ou moral para a luta pela terra, na fé que Deus tinha indicado este caminho, chegando ao ponto de entender a ocupação de terras como um legado de Deus para chegar ao Reino prometido.

Neste início de mobilização e organização dos agricultores, os mediadores, pertencentes a Igreja Católica, ainda não desenvolviam um trabalho sistematizado, ou seja, não havia registros escritos de seus trabalhos e todo o trabalho de “conscientização” era feito em reuniões nas comunidades do interior, por meio de palestras e discussões, sem um texto-base escrito que pudesse nos dar indicações mais fortes dos discursos utilizados. Como foi colocado acima, os textos bíblicos serviam como a referência mais importante para discussões e canalizações dos desejos e vontades dos lavradores.

A partir de 1980, com a ocupação da fazenda Burro Branco, em Campo Erê, no Oeste de Santa Catarina, é que houve uma maior sistematização do “serviço” prestado pela diocese, sendo que foi designado um assessor da hierarquia, José Fritsch, para acompanhar as lutas e dar o apoio necessário a estas. No caso desta ocupação, a descrição recorrente de todos os entrevistados é que foi uma ocupação “espontânea”, no sentido de que não foi recomendada pela mediação privilegiada dos agricultores, a Igreja. Isto se deveu a questões de planejamento, análise da situação política e outras que não recomendavam esta ocupação. Depois que esta ocorreu, o mediador deu todo o apoio em termos de contatos com autoridades, alimentação, assistência médica, suprimindo necessidade momentâneas.

É interessante ressaltar que esta ocupação é colocada historicamente como o início do Movimento do Sem Terra em Santa Catarina, mas o assentamento que se originou deste acampamento não se desenvolveu e é considerado pelo INCRA como uma regularização de terras e não como assentamento de Reforma Agrária. O MST também não costuma trabalhar muito com estes primeiros sem terras assentados. A diferença entre assentamento e regularização de terras está vinculado a dois projetos

governamentais, reforma agrária e colonização, respectivamente. E entre estes dois projetos há diferenças ideológicas e práticas, enquanto para a Reforma Agrária há um pacote de ações governamentais, em termos de financiamentos e subsídios, para a colonização não há tantas ações que visam a permanência de agricultores na terra.

2.2. A IGREJA, A POLÍTICA E O GÊNESIS (E NO INÍCIO ERA O VERBO...)

A partir de 1980, com a ocupação da fazenda Burro Branco, surge a necessidade de fortalecer a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Chapecó, já que o trabalho junto aos agricultores era realizado por leigos e padres ligados a diocese de Chapecó. Com o fortalecimento desta, o trabalho ficou restrito a esta Comissão, que se tornou a principal interlocutora dos agricultores sem terra, planejando, organizando, coordenando e dando a direção as suas lutas. Neste momento, a CPT tornou-se o mediador privilegiado destes agricultores e desenvolve os elementos para construir uma identidade de “Sem Terra”, através de seu discurso, definindo-lhes uma organização interna, um projeto econômico e um projeto político. Esta posição de mediador privilegiado se estenderia de 1980 a 1985, conforme entrevistas com líderes do MST e da própria CPT.

A Comissão Pastoral da Terra se autodefine como:

“um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e a tarefa da CPT. ...é reconhecida e apoiada pela CNBB, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.”

“ Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir sua própria história.”

“A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade”
(CPT, Conflitos no Campo - Brasil/1991).

A organização dos agricultores era feita por comunidades, onde as lideranças da Igreja eram preparadas para coordenar grupos de agricultores na avaliação da realidade que lhes cercavam. Estas lideranças normalmente já haviam participado das lutas anteriores, narradas acima, na conquista de sindicatos e também nas reivindicações que mobilizaram os agricultores no final da década de 70.

Para uma melhor análise dos discursos que interpelavam estes agricultores, utilizamos um texto base escrito em 1982, pela diocese de Chapecó, preparando os agricultores para o Dia do Agricultor, 25 de julho. Este texto é fundamental para interpretarmos como o discurso da CPT influencia e interpela estes para a luta, e para lhes dar uma significação de seu papel na sociedade.

O título da publicação é “Terra de Deus: Terra para todos”. Este livrinho prepara quatro encontros de formação religiosa e política para os agricultores, sendo que estes estão assim divididos:

- 1) O Cristão quer a terra de Deus para todos;
- 2) O povo de Deus lembra sua história;
- 3) Quem planeja a agricultura;
- 4) Engajamento político do cristão e dos agricultores.

Nestes encontros, o mediador procurava encontrar nas comunidades rurais formadores que estivessem vinculados com a Igreja e com a luta dos agricultores. Também propunha temas para reflexão, sendo que estes estavam dentro das quatro perspectivas citadas acima. O que nos interessa nestes temas são os discursos empregados para a compreensão da realidade e deste modo, como estas interpretações levavam os agricultores à ação.

Por isto, nesta primeira parte da análise, destacaremos as bases de onde se retiravam os discursos, neste caso escritos, que levavam à reflexão.

Na primeira parte deste livro de formação de agricultores, a Bíblia é a base para a discussão, sendo retirado desta as partes que se referiam a terra e qual o significado desta para os seguidores das palavras de Deus. Desta parte destacaremos algumas colocações que eram utilizadas na reflexão.

Exemplos deste discurso em relação à questão da posse da terra estão, na primeira parte deste livro, que é intitulado “O CRISTÃO QUER A TERRA DE DEUS PARA TODOS”:

Leitor 1: “o primeiro sinal da bênção de Deus é a terra. A terra é a primeira promessa que Deus faz a Abraão(Gênesis,12,1ss).Deus promete a terra porque toda terra pertence a Deus(Êxodus 19,5). A entrada na terra prometida foi vista pelo povo como um primeiro sinal de libertação e da aliança de Deus(Deuterônimo 1,8;6,1ss).(p2)”

Leitor 2: “O fato de terem recebido esta terra como um presente, leva o povo de Israel a ter uma dívida uns com os outros: a dívida da justiça e do amor. Daí a lei bem clara: ‘Não deve haver pobres no meio de vocês’(Deut. 15,4).”

“A terra não se venderá para sempre, porque a terra é minha e vós estais em minha casa como estrangeiros ou hóspedes”(Lev. 25,23)(P.3)

Depois de utilizar estas palavras da Bíblia para reflexão, também se utiliza a palavra da Igreja em relação à questão da terra, nas palavras do papa João Paulo II e também da CNBB:

Papa: “A terra é presente de Deus, presente que Ele faz a todos os seres humanos...Não é lícito, portanto, administrar este presente de tal modo que seus benefícios aproveitem só a alguns poucos, ficando os outros, a imensa maioria, excluídos...e condenados a uma situação de carência, de pobreza e de marginalização.”

CNBB: “É tarefa da Igreja convidar a todos os homens a viverem como irmãos, vencendo todo tipo de exploração. É assim que Deus, o Pai comum de todos, quer que a gente viva. Animados pelo evangelho e pela graça de Deus, nós precisamos fazer nossos os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças destes que são vítimas da injustiça, distribuição e posse da terra. Não basta ouvir os gritos dos que sofrem”.(p. 4)

Destas colocações baseadas no transcendente (Bíblia) e na instituição que representa este na Terra (Igreja), chega-se à conclusão, conforme o livro de formação, que há dois tipos de propriedade da terra:

“Terra de exploração: É a terra que o capital abocanha para ele crescer continuamente, fazendo sempre novos e maiores lucros. Os lucros vêm pela exploração do trabalho dos que não têm terra, ou pela especulação, que é ter terra para valorizar e negociar.”

“Terra de trabalho: É a terra possuída por aquele que trabalha nela. É a terra da propriedade familiar, tribal, comunitária e de posse.”(P. 5)

Para análise destes discurso e como estes interpelavam os agricultores, é interessante utilizar paralelos entre a formatação deste livro de formação e a questão

prática da luta pela terra. Neste início vê-se uma tentativa de equiparar-se a palavra de Deus e da Igreja como motivações para a luta pela terra, principalmente o momento das ocupações, já que é neste momento que a dificuldade se estabelece. Esta existia em função da própria religiosidade e moralidade dos agricultores que foram criados em um ambiente social em que a propriedade privada da terra era “sagrada”. Para se modificar esta significação, utilizou-se um discurso “sagrado”, não racional, que lhes destina a terra como propriedade de Deus a qual, sendo deste, é de todos. Partindo este discurso de uma instituição poderosa no meio rural, ele é ressignificado e legitimado, fazendo com que as várias identidades destes agricultores (pequenos agricultores, parceiros, meeiros, bóias-frias etc) sejam articuladas dentro deste discurso, favorecendo uma identidade de agricultores sem terras que buscam o Reino de Deus aqui na terra, começando pela tentativa de uma nova divisão fundiária.

Também é necessário ressaltar que de um discurso religioso que legitima as ocupações chega-se a um discurso mais laico e racional que divide a terra em dois tipos diferentes em termos econômicos e morais: a terra de exploração e a terra de trabalho. Neste caso, o primeiro tipo de propriedade é deslegitimado econômica e moralmente, no sentido de fabricante de pobreza e de exploração e exploração, não seguindo os desígnios de Deus de não haver proprietários de terras, de não haver pobreza no meio dos cristãos. O segundo tipo é legitimado como um princípio econômico e moral mais justo por ser resultado do trabalho dos homens e não produzir pobreza.

Finalmente, todo este discurso, baseado na religião e também nas condições concretas dos agricultores, serve de base para que estes enfrentem as adversidades das ocupações, ou seja, pistoleiros, fazendeiros, policiais. Nestes enfrentamentos, um discurso racional fatalmente não teria o mesmo efeito, de motivá-los em busca da terra

prometida. Logicamente este discurso, do qual aqui somente analisamos pequenas partes, mas que consideramos importantes, não foi consubstanciado em um espaço de tempo curto, mas se estendeu durante no mínimo três anos. As grandes ocupações de terras no Oeste de Santa Catarina ocorreram em 1985, e estes encontros de agricultores e o contato com o discurso do mediador se fizeram ininterruptos entre os anos de 1980 e 1985. Podemos dizer que esta onda de organização, planejamento e discussão começou com a ocupação da fazenda Burro Branco, em 1980, e atingiu seu ápice em 1985, com as ocupações em São Miguel do Oeste, Faxinal dos Guedes, Dionizio Cerqueira, São José do Cedro, Abelardo Luz. Durante todos estes anos, a Comissão Pastoral da Terra organizou comissões de Sem Terras em quase todos os municípios do Oeste, comissões estas que tinham a função de contatar os agricultores sem terras do município e organizar encontros de formação, onde a CPT participava como mediadora, no sentido de coordenar, assessorar e indicar caminhos para a solução dos problemas em relação à falta de terras. Como já foi dito acima, nestes encontros os agricultores usavam de seus conhecimentos para também capacitar seus companheiros, como foi o caso já citado das experiências de muitos no Mato Grosso, quando da colonização ou da transferência de famílias expulsas de terras indígenas. Uma das experiências mais significativas para estes e que auxiliou no sentido das ocupações foi o contato com os posseiros do Mato Grosso, que ocupavam terras ociosas, uma realidade que não fazia parte da cultura dos agricultores do Oeste de Santa Catarina.

2.3. A IGREJA, A POLÍTICA E O ÊXODUS (...E O VERBO SE FÊZ REINO...)

Neste ponto, partiremos para análise do discurso encontrado na segunda parte deste texto-base utilizado na formação dos agricultores pela CPT. Esta foi intitulada “O POVO DE DEUS LEMBRA SUA HISTÓRIA”, e nesta tenta-se refletir sobre como as histórias do Povo de Deus, o Povo de Israel, alimentava a sua fé e sua esperança. Destacaremos algumas leituras feitas nestes encontros para depois analisarmos como estas serão utilizadas por estes agricultores na sua luta pela terra.

“O POVO DE DEUS ERA ESCRAVO NO EGITO”

“Primeira Leitura: O Povo de Deus era muito pobre e fraco, por muitos anos viveu oprimido e escravo no Egito. A falta de liberdade era total e a opressão era tão grande que nem mesmo rezar ao seu Deus não podia. Mas apesar desta situação Deus se colocou ao lado do povo escravo. Deus, então, chama e envia Moisés para tirar o povo da escravidão e levar o povo para uma terra onde corre leite e mel, isto é a terra da liberdade (Êxodus 1)”(p. 7).

“O CASTIGO PARA O FARAÓ - AS PRAGAS DO EGITO”

“Segunda leitura: O Faraó era o Rei do Egito. Deus vê o quanto o Povo de Israel sofria nas mãos do Faraó. Deus castiga o Egito e o Rei com as pragas do Egito. Foi o último recurso para que o povo fosse libertado das mãos dos Egípcios e do Faraó. Com estas pragas Deus queria mostrar que Ele era o maior e único Deus verdadeiro. E assim o povo de Israel tomava consciência que Deus estava ao lado deles e por isso aumentava a sua fé e esperança na libertação (Êxodus, cap. 7 a 11)” (p.8).

“PASSAGEM DO MAR VERMELHO”

“Terceira leitura: Este fato também fazia parte da fé do Povo de Deus. As águas do mar vermelho causaram a morte ao Exército do Faraó. O Povo de Deus é defendido

das águas da morte.(Êxodus, 14). Até o mar obedece ao Deus deste povo. Porque(sic) desanimar na caminhada da libertação? Se Deus está conosco? ...”(p. 8)

“FALTOU COMIDA - DEUS MANDA O MANÁ”

“Quarta leitura: No deserto também faltou comida. O povo faminto sentiu saudades das cebolas da escravidão. Não querem continuar o caminho da libertação. Deus se manifesta com seu poder libertador e mata a fome do povo com o Maná (Êxodus, cap. 16)”(P.8).

“MOISÉS BATE NA ROCHA E SAI ÁGUA”

“Quinta leitura: A fé do povo lembra os anos de sofrimento no deserto, vivendo de acampamento em acampamento. Um dos grandes problemas era a falta de água. Deus mostra, e Moisés vai. Moisés bate com o bastão na rocha e dela sai água para o povo (Êxodus, cap. 17). Mais uma vez Deus se revela ao lado do sofredor e do oprimido”(p.8).

Nesta segunda parte, continua o paralelo entre o texto-base de formação e as dificuldades práticas que enfrentam os agricultores sem terra em suas lutas. Neste caso, as leituras se referem especificamente ao tempo de luta que corresponde aos acampamentos, que acontecem após as ocupações, e que antecedem aos assentamentos definitivos. Este é um período difícil, pois várias necessidades se fazem presentes e os agricultores sem terras não sabem quanto tempo durará este período, bem como a maioria das instituições envolvidas com a reforma agrária, que não são capazes de fazer uma previsão exata do tempo de espera.

Este discurso baseia-se nos sacrifícios necessários para a conquista da terra, utilizando os textos bíblicos de maneira que estes lhes dê esperanças e fé na continuidade da luta. Há uma descrição de Gutiérrez, citada em nota de rodapé, que

esclarece a visão de libertação⁸ que motiva os agricultores a permanecerem até a conquista efetiva de sua libertação. Este coloca que a libertação é pensada em três níveis interrelacionados: No primeiro nível encontra-se a racionalidade científica, pressuposto necessário para uma ação política transformadora; no segundo, a utopia enquanto denúncia da ordem existente e anúncio de uma nova; e no terceiro, especificamente, o plano da fé, onde se localiza o significado teológico da salvação.

Uma outra colocação desta segunda parte é que depois destas leituras, os animadores trabalham com histórias acontecidas com os próprios agricultores e com companheiros seus na conquista de terras ou outras reivindicações. Uma das histórias contadas é a da ocupação e conquista da fazenda Burro Branco, colocada como uma conquista da reflexão sobre os problemas enfrentados pelo Povo de Deus, e também da união e da organização para melhorar suas condições de vida.

Os problemas práticos de falta de alimentação, água, medicamentos nos acampamentos não devem ser motivos para desistência da luta, já que Deus resolverá isto, seja com a solidariedade da própria população, com a Igreja ou com a união e

⁸ Libertação aqui é definida baseada na teologia da libertação em que “é apresentada como um processo único, no interior do qual distinguem-se dimensões ou níveis dialeticamente integrados entre si” (Teixeira, p. 79)

Os níveis de libertação (Gustavo Gutiérrez, in Teixeira, p. 79):

1) Nível da libertação econômica, social e política. “...corresponde ao processo de transformação efetiva da sociedade, mediante o qual realizam-se as aspirações das classes sociais e dos povos oprimidos no sentido da libertação de sua pobreza”.

2) Nível da libertação do homem na história. “...diz respeito à construção de um homem novo numa sociedade nova, e isto significa a necessidade de uma permanente revolução cultural. O projeto de um homem novo numa sociedade mais livre deve acompanhar desde o início e permanentemente a luta por uma sociedade mais justa”.

3) Nível da libertação do pecado. “...vem considerada como obra de Jesus Cristo que, mediante seu amor, quebra as barreiras do pecado - que é a raiz de todas as injustiças e opressões - e oferece ao homem o dom da liberdade autêntica para viver em comunhão com ele”.

organização dos acampados para conseguirem junto ao Estado uma assistência mínima até o assentamento.

Os textos bíblicos referem-se a questões práticas, como enfrentamento com Estado (Exército do Faraó), falta de água, falta de alimentos. Esta experiência anterior (ocupação da fazenda Burro Branco), com seus desgastes e com suas desistências, ensinaram a estes mediadores uma maneira de formar uma identidade de “agricultores sem terras”, que auxiliassem nas próximas ocupações a diminuir os problemas enfrentados pelos primeiros, apesar destes problemas persistirem num nível de menor frequência.

Este discurso articula as diferentes identidades numa identidade dos “sem terra”, baseada no forte apelo da luta pela terra, onde o discurso religioso consegue muitos pontos de contato com as condições reais de vida destes agricultores, vinculando pobreza e religiosidade dentro do discurso do Povo de Deus. Este discurso lhes dá um horizonte onde fica compreensível a maneira como eles perderam sua dignidade, vinculando sua pobreza com a exploração ou opressão do Faraó e lhes indica um caminho para a reconquista de sua dignidade, baseada em forte apelo místico e religioso.

2.4. ...E O VERBO SE FÊZ TERRA...

O terceiro e quarto encontros recomendados pelo texto-base serve como um caminho para o entendimento da realidade, juntando uma reflexão econômica sobre a

questão da política agrícola e da política fundiária e, também no quarto encontro uma reflexão sobre a política como um todo.

No terceiro encontro, o que parece mais importante ressaltar é a visão do discurso sobre as condições em que são planejadas a agricultura no país. Neste caso, salientaremos alguns discursos que deixam antever questões que irão surgir a partir do momento de assentamento destes agricultores sem terra, ou seja, o que plantar, financiamento, visão da industrialização da agricultura, etc..

Discursos:

“... vamos discutir como os grandes e os poderosos controlam a agricultura para que sirva aos interesses das grandes indústrias e aos planos das multinacionais”(P.11).

“... para controlar os pequenos agricultores são usados: Empréstimos bancários, PROAGRO, Preços mínimos, é planejada a distribuição de terras, etc... O modo como são manejados estes planejamentos - chama-se POLÍTICA AGRÍCOLA” (p. 12).

A questão do financiamento agrícola é colocado deste modo:

“... os empréstimos bancários não ajudam aos agricultores, mas só aos granjeiros e às indústrias de máquinas agrícolas e às fábricas de insumos e rações, etc. E isto torna o agricultor um empregado barato para o Banco” (P.12).

Na época do pagamento dos empréstimos bancários os preços dos produtos são baixos porque :

“...os intermediários se aproveitam da situação. Sabem que o agricultor é obrigado a vender a qualquer preço porque tem que pagar as prestações, senão o banco lhe tira a terra. Tenho certeza que existe um plano entre os bancos, as grandes empresas intermediárias, as fábricas de insumos e de máquinas para tirar o máximo proveito

possível dos agricultores. O pequeno agricultor vive e trabalha controlado pelo sistema” (p.13).

Conclusão:

“Os empréstimos são uma manobra para obrigar o agricultor a vender os produtos a preços baixos” (p.13).

Preços mínimos somente serve para as grandes empresas

“... porque com os alimentos a preços baixos os operários podem comer gastando pouco e as empresas não precisam aumentar o salário e fica mais lucros para ela” (p.13).

PROAGRO:

“...é apenas um seguro que o agricultor paga para garantir o que é do Banco, mas não para pagar aquilo que o agricultor perde quando a safra vai mal” (p.13).

Na questão da política de distribuição de terras

“se faz um comparativo entre as terras de latifúndio e terras de pequenos agricultores:”

“Cinquenta e seis (56) multinacionais possuem 17 milhões de hectares ... enquanto onze milhões de pequenos proprietários rurais ocupam 18 milhões de hectares e estes são responsáveis por mais de 50% dos alimentos colocados na mesa dos brasileiros” (p.15).

“Em Santa Catarina, 15% dos donos das terras são latifundiários e ocupam 63% da terra e os 85% restantes são donos apenas 37% da terra” (p.15).

Para sair deste esquema de política agrícola precisaria:

- “- União e organização da classe;
- Conscientização da realidade em que vivemos: como e por que acontecem as coisas;
- Não fazer financiamentos bancários, para não comprometer a produção;
- Agricultura independente (não usar inseticida, herbicidas, etc.) trabalhar só com recursos próprios;

- Produção de insumos na propriedade(sementes, adubos etc) adubação orgânica;
- Estudar e conscientizar-se mais sobre política agrícola;
- O agricultor industrializar e comercializar seu próprio produto;
- Contabilidade agrícola;
- Valorização da mão de obra: o agricultor não conta como custo de produção a mão de obra dele e de sua família.”

Na questão do quarto e último encontro se coloca o engajamento político do cristão e dos agricultores. Neste caso, utiliza-se um discurso explicativo sobre o que é política e como os agricultores deveriam participar desta sem se deixar enganar por maus políticos, e como distinguir aquele que defenderá seus interesses.

Discursos

“Política significa trabalhar e lutar pelo bem da comunidade, interessar-se pelos problemas, conscientizar-se sobre a realidade, ajudar os outros e escolher as pessoas que servem o povo e não vender o voto por promessas, favores ou dinheiro” (p.19).

“Política é reunir-se para discutir e participar das decisões. Então, política é coisa boa e todos devem participar” (p.19).

Sobre Partido Político:

“... é um grupo de pessoas que pensam do mesmo jeito e querem governar o País, a fim de aplicar o seu plano de ação para tentar solucionar os problemas para o bem comum” (p. 20).

“ Como nós somos cristãos, devemos escolher um partido que na prática defende os princípios cristãos e não um partido que persegue a Igreja, os bispos, os padres e os cristãos que lutam pela defesa e pelos direitos dos agricultores sem terra e dos pobres marginalizados” (p.21).

“Muitos não sabem ligar religião com vida. São cristãos, mas votam em partidos e candidatos que falam mal e estão contra os ensinamentos da Igreja, contra os princípios da justiça e do Evangelho” (p.21).

O Partido Político deve:

“Garantir terra, promover a reforma agrária e aplicar o Estatuto da Terra. Lutar por preços justos dos produtos, por escolas apropriadas para os agricultores, por saúde e assistência médica-hospitalar para todos etc..” (p.22).

Podemos notar que as quatro fases deste texto-base de formação e reflexão de agricultores correspondem às fases de luta pela terra: ocupação, acampamento, assentamento e organização comunitária nos assentamentos.

Nas duas primeiras partes são utilizados argumentos e discursos retirados de documentos religiosos, resgatando-lhes o valor da fé como motivação para uma ação social e política. Esta é a dimensão não tão racional⁹ que auxilia os agricultores sem terra em seu envolvimento com as ocupações.

Nas duas últimas partes, os discursos são mais econômicos e políticos, dando-lhes uma base empírica de realidade que não se mantinham somente pela fé, mas pelas próprias condições de vida dos agricultores.

Parece que se segue os níveis de libertação já citados, desenvolvidos na reflexão de Gustavo Gutiérrez dentro da teologia da libertação. No caso, os dois primeiros encontros ficariam em um nível de Utopia e de fé, “enquanto denúncia da ordem existente e anúncio de uma nova ordem”, e também onde “explicita-se o significado teológico-salvífico da obra de Jesus Cristo” (Gutiérrez, in Teixeira, p. 80). O terceiro e

⁹ Racionalidade está ligada à visão de que uma ação pode ser deduzida por processos lógicos a partir de premissas válidas, dentro do contexto do discurso científico.

quarto encontros ficariam em um nível de racionalidade secular, “que é o pressuposto para uma real e efetiva ação política transformadora”.(Gutiérrez, in Teixeira, p. 80)

No caso desta análise, é utilizado este texto-base porque ele pode ser considerado paradigmático em relação à formação que foi feita entre os anos de 1980 e 1985 junto aos agricultores sem terra em Santa Catarina pelo mediador privilegiado, que era a Comissão Pastoral da Terra. Paradigmático no sentido que, de 1978 a 1982, não haviam materiais sistematizados para encontros de formação de agricultores e eram utilizados textos da própria bíblia. Quando da sistematização do material para formação, os novos livros seguiam a mesma lógica discursiva anterior(da bíblia), fato que pode ser demonstrado pelo Fascículo II do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular - CESEP, que trata especificamente da luta pela terra.

A partir desta base empírica e também das análises acima, podemos agora avançar na análise de como este discurso formou esta identidade de agricultor sem terra e qual a organização interna, o projeto político e econômico que se vincula a esta prática.

2.5. ...E O VERBO SE FÊZ CONDIÇÃO HUMANA...

A questão da formação da identidade será interpretada à luz da base teórica desta dissertação, isto é, a visão de identidade que se construiu não foi de uma identidade determinada pela posição dos atores nas relações de produção, mas sim pela articulação de diversas identidades através de um discurso. Neste caso, os agricultores sem terra

teriam diversas identidades pré-formadas pela sua própria condição de vida. Poderiam ser pequenos agricultores, filhos de pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, católicos, protestantes etc., e o mediador, através de seu discurso religioso, conseguiu articular estas diversas posições do sujeito em uma identidade de agricultor sem terra, primeiramente os identificando com o Povo de Deus em busca da terra prometida, em que esta terra perdia seu valor terreno e se colocava como uma sociedade mais justa e equitativa.

A articulação de todas estas posições de sujeito sob a identidade de agricultor sem terra lhes revelava uma situação de igualdade que, posteriormente ficará tensionada, quando do assentamento definitivo, em função das identidades anteriores reaparecerem novamente com força, com significação. Isto ocorre porque quando os agricultores sem terra são assentados aparecem novamente as desigualdades em que estes viviam anteriormente, isto é, alguns tinham melhores condições materiais que os outros. Fato este que permite que diversos outros discursos possam interpelá-los e que não se originam somente do mediador privilegiado. Discursos de diversos partidos políticos, de diversas organizações podem interpelá-los tensionando sua identidade de sem terra. Esta análise é baseada no pressuposto teórico que esta articulação é contingente e novos discursos podem entrar em contato com estes agricultores, disputando com este mediador (CPT) a primazia pela interpelação do sujeito.

O projeto econômico implícito neste discurso coloca-se como uma volta às raízes da agricultura camponesa, com sua autonomia frente as vicissitudes do mercado, como foi ressaltado nos discursos selecionados, onde o rechaço de financiamentos, compra e venda no mercado, seja de insumos ou produtos, deixaria os agricultores do MST em posição privilegiada, no sentido de formar uma nova sociedade mais justa e

mais fraterna. Neste caso também se incluem as propostas de produção coletiva e o viver comunitário. Há toda uma tentativa de deslegitimar o sistema capitalista, mas nesta tentativa não há uma maior análise do sistema econômico, mas uma revolta quanto a seu funcionamento. Esta questão foi colocada por um dirigente da CPT, que em entrevista a este pesquisador, em tom de auto-crítica, se refere a esta situação no sentido de que a análise macroeconômica realizada na época (1980-1985) era ingênua e voluntarista e seria um dos motivos para, quando do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985), haver um rompimento entre este mediador e o próprio movimento.

Portanto, podemos dizer que havia um projeto de uma agricultura familiar comunitarista, próxima aos ideais da doutrina social da Igreja articulado a um vago ideal socialista.

Quanto ao Projeto Político, não havia uma definição clara, mas somente um rechaço puro ao Estado, sendo que este não era visto como um interlocutor válido para as demandas dos agricultores sem terras. Somente quando das grandes ocupações de 1985, ficou evidente as falhas deste discurso, pois foi necessário um contato permanente com as autoridades constituídas em função dos problemas enfrentados nos acampamentos, (como falta de alimentos, medicação) e também em função de que um dos aparatos do Estado, a Polícia Militar, tinha a função de cumprir ordens judiciais de reintegração de posse. Além disto, havia os contatos com o Governo Federal, através do INCRA, no sentido de realizar as desapropriações e os futuros assentamentos.

Podemos dizer que a CPT, em termos político-partidários, alinhava-se diretamente com o Partido dos Trabalhadores, sendo que vários destes agricultores e também assessores do mediador filiaram-se a este Partido e também participaram das

eleições de 1986 como candidatos. Quanto à questão de alinhar diretamente os agricultores sem terra a algum partido político, o discurso era no sentido de que estes deveriam preservar sua autonomia, não se filiando a um partido político. Neste sentido o discurso era contraditório, pois enquanto se tentava preservar a autonomia, a preferência pelo Partido dos Trabalhadores entre as lideranças e os assessores era notória. Podemos também ressaltar neste ponto que esta mediação dos agricultores sem terra foram, em sua maioria, fundadores do PT no Oeste de Santa Catarina.

Quanto à organização interna, diversos trabalhos de pesquisa¹⁰ foram feitos, relacionados a esta época, junto aos agricultores sem terra. Em sua unanimidade, relatam que estes seguiriam uma organização parecida com as primeiras comunidades cristãs, onde a horizontalidade do poder devia ser uma constante, com participação de todos nas decisões. Em trabalho realizado no ano de 1985, Tereza Lisboa já nota esta particularidade, sendo que a autora, a partir dos dados coletados, considera o MST como um “novo movimento social” pelas características baseadas no comunitarismo, solidariedade, descentralização do poder e autonomia

Outra questão que pode ser analisada seria o lema dos agricultores sem terras até 1985, que era “TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA”, que se baseava numa concepção moral da terra. A referência ao que a terra vale nunca é referência ao que ela vale no mercado, mas sim ao que vale ao trabalhador que dela precisa para o sustento da família.

¹⁰ LISBOA, T. “O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Oeste Catarinense: um novo movimento social”. Dissertação de mestrado, UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, I. “O movimento dos trabalhadores rurais no sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade”. In: DIAS, J. de Souza(org.). Santa Catarina: os anos do golpe em perspectiva. Petrópolis: Vozes, 1985.SCHERER-WARREN, I. “O caráter dos novos movimentos sociais”. In: SCHERER-WARREN, KRISCHKE, P. (org.). Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BONIM, Annamaria et alli. “Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida”. In: Movimentos sociais no campo. Curitiba: Ed. Criar, 1987.

“É a partir desta concepção moral da terra, como instrumento de trabalho, que se desenvolveu nos últimos anos a concepção da terra como um bem comum. Essa concepção já estava embutida nas formas de vida de diferentes tipos de trabalhadores rurais nas diversas regiões brasileiras.”

“Para os trabalhadores, tudo indica que a concepção da terra como um bem comum pressupõe o direito ao trabalho como um direito fundamental. Portanto, o que efetivamente organiza as novas concepções de direito que surgem entre os trabalhadores rurais é a idéia do trabalho e não a idéia da propriedade” (Martins, 1986, p. 100 e 101).

Neste caso, Martins tenta resgatar para a tradição racionalista da explicação sociológica a questão que vem embutida dentro do discurso da CPT: a terra como uma doação de Deus para todos, que não pode ser incorporada por alguns como propriedade privada; neste sentido, se justificaria as ocupações com vistas a desapropriações para a Reforma Agrária.

Esta citação está dentro de uma análise mais aguda sobre as condições das lutas no campo e de organização da produção pelos agricultores que, numa análise apressada, consideravam os mutirões como uma nova concepção de organização produtiva. Neste caso, Martins (1986) considera que esta maneira de produzir faz parte da cultura camponesa em épocas emergenciais, e que passa a ser utilizada nos acampamentos dos agricultores sem terra. Contudo, conclui que esta não seria uma alternativa de organização produtiva camponesa para os excluídos, após o período de acampamento, quando estes fossem assentados definitivamente, o que posteriormente confirmou-se¹¹.

Mas, pode-se fazer uma leitura deste tipo de organização produtiva baseado no discurso da CPT, que indicava claramente aos agricultores uma alternativa de produção

¹¹ Esses agricultores, quando assentados, deixaram essa forma de produção (mutirões) e partiram para produções individualizadas ou coletivas, tentando aplicar tecnologias modernas na produção e também na administração, conforme a disponibilidade de recursos.

comunitarizada e baseada na solidariedade, passível de traduzir-se em mutirões para produção. Devido ao fato de se utilizar um discurso ruralista e religioso para interpretar a questão agrária, fazendo com que a luta pela terra seja uma luta contra os mecanismos de mercado, a CPT não percebe que tal luta é, em si mesma, uma luta para reintegração neste mecanismo. Neste sentido, prejudica a elaboração de uma visão de sociedade alternativa, com novas formas de integração social, devido a esta visão superficial do problema agrícola dentro do sistema econômico.

Os agricultores sem terra organizavam-se em núcleos, comissões municipais e coordenação estadual. No ano de 1983, realizou-se o Primeiro Encontro de Agricultores Sem Terra de Santa Catarina, em Chapecó e, a partir das lutas do sul do Brasil, desenvolveu-se uma articulação que desembocou no I Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel(1984), no Paraná. Estes encontros foram preparatórios ao I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, realizado em Curitiba, no Paraná, em 1985. Em toda esta organização, a coordenação foi feita pela CPT, sendo que este mediador começou a perder sua hegemonia a partir deste I Congresso.

2.6. ...E O VERBO SE FÊZ MOVIMENTO...

Até este Primeiro Congresso, esta movimentação de agricultores ainda se identificava como “uma articulação de lavradores dentro do Movimento Sindical” (Grzybowski, 1987, p.22), e considerava que a luta sindical combativa poderia levar a luta pela conquista de terras. Por este motivo, nesta dissertação, até este momento não utilizamos a expressão “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras”, mas sim a

identificação da categoria como “agricultores sem terras”, já que nesta fase de 1980 a 1985, os agricultores sem terra não se identificavam como um “movimento”, mas como agricultores que lutavam por terra, dentro do movimento sindical.

A partir de uma discussão interna, chegou-se à conclusão de que o movimento sindical era muito vinculado ao Estado e cerceado em suas lutas por questões de legalidade e que, deste modo, a luta pela terra também permanecia cerceada neste modelo. Partindo destas conclusões, chegou-se a uma organização em que poderia lutar pela terra sem basear-se na legalidade, mas na legitimidade das necessidades dos agricultores sem terras, que era o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O lema modificou-se, neste congresso, de “Terra quem nela trabalha”, para “Ocupar é a única solução”. Esta modificação de bandeira de luta já demonstra uma alteração importante no discurso do agora MST, já que esta demonstrava uma posição que alterava as táticas de luta, saindo da simples pressão sobre as instituições estatais, responsáveis pela Reforma Agrária, para uma posição ofensiva na luta pela terra.

Uma outra questão importante a se analisar é como o discurso político-religioso da CPT repercutiria na formação de alianças dos agricultores sem terras com outras entidades da sociedade civil, alianças necessárias para fortalecer a luta pela Reforma Agrária.

Este trabalho da CPT, no sentido de desenvolver determinada visão de mundo, com uma ética correspondente, baseada em formas autênticas de organização e participação popular, dá-lhes vigor a nível de base, mas lhe tira a eficácia política e gera tensões, na medida em que o trabalho se amplia e o movimento se expande, e novos desafios são colocados, sobretudo em termos de representação, alianças e negociação.

Neste sentido, a religião, como base para este trabalho, não pode ser vista somente como um referente vindo do mediador, mas é uma prática cultural da população rural, sendo uma expressão cultural dos agricultores, e neste sentido a eficácia desta representação é fortíssima. Neste caso, a tensão aparece quando esta religiosidade absolutiza a política, restringindo a solidariedade ao marco religioso e rural, não fazendo uma análise mais relativa e abrangente das relações sociais, prejudicando alianças com outros segmentos rurais e urbanos, como pequenos produtores rurais e operários.

Neste caso, esta tensão ficou demonstrada na difícil relação com sindicatos rurais e urbanos que, muitas vezes, foram ignorados nas lutas. A prática deste mediador (CPT) acabou se pautando pelo exclusivismo e por uma tentativa de mediação totalizadora que, contraditoriamente ao seu discurso de autonomia do Movimento dos Sem Terra, posteriormente tensiona o relacionamento deste com a própria Comissão Pastoral da Terra.

Outra questão que o discurso político-religioso não auxiliou no sentido de amplas alianças em torno da distribuição de terras foi sua “visão claramente distributivista da terra como base de uma Reforma Agrária para atender ‘o povo’” (Grzybowski, 1987, p. 70).

Como diz Grzybowski(1987, p.70-71):

“...mais importante do que isto é a visão ruralista da Igreja. Por visão ruralista entendo a sua estreita concepção da questão agrária, onde todas as relações são reduzidas à terra e a sociedade é vista a partir desta ótica. A terra é sagrada. A Igreja empresta um caráter bíblico-político à luta pela terra como luta contra o ‘negócio’, não percebendo que tal luta, em si mesma, não é outra coisa que reintegração na estrutura e no ‘negócio’. Falta-lhe incorporar as outras lutas, ver nelas um sentido

histórico e uma pista para elaborar uma visão de uma sociedade com novas formas de integração social.”

No sentido de política de alianças e de negociações, o discurso exclusivista e, pode-se dizer, fundamentalista da CPT demonstra suas fraquezas no momento das grandes ocupações de 1985, quando foi necessário buscar alianças e negociações com instituições que anteriormente tinham sido deslegitimados em seus discursos.

Contextualizando estas grandes ocupações, pode-se dizer que o momento foi o mais favorável politicamente, dado que a CPT levou em conta a aliança política progressista-liberal, em Santa Catarina, a qual unia dois antigos adversários políticos, Jaison Barreto e Esperidião Amin. Esta aliança permitia antever que, no caso de ocupações, não haveria uma repressão violenta e se poderia abrir espaços para negociações que resultariam em desapropriações. Esta perspectiva de negociações com o Estado estava baseada no fato de que Jaison Barreto era um político progressista historicamente vinculado as lutas populares e democráticas no país.

Esta conjuntura serviu para demonstrar os limites do discurso político-religioso do mediador, porque a luta se legitima no antagonismo com o Estado e com os proprietários. Neste momento, no entanto, era necessário uma negociação que transcendesse a visão política da CPT, neste caso auxiliada por forças políticas da sociedade civil, que se solidarizaram com a luta dos agricultores sem terra, apesar do fundamentalismo do mediador.

Estes limites se expressam no sentido de que no discurso político-religioso não há uma diferenciação dos opositores, sendo que estes são subsumidos dentro da categoria opressores, não facilitando a distinção de quais setores da sociedade poderiam

formar alianças ocasionais e conjunturais. Esta visão prejudicava na ampliação da luta pela reforma agrária porque levava ao isolamento dos agricultores sem terra.

Um outro aspecto a ressaltar é que em termos normativos a discussão da ampliação das lutas democráticas não era ressaltado por este discurso, mas somente um vago projeto socialista que excluía parcelas enormes da população que, neste momento, tentava expandir a democratização da sociedade brasileira.

Capítulo 3 - DE AGRICULTOR SEM TERRA A MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Neste capítulo analisaremos o período de 1985 a 1990, na relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina e seus mediadores. Para esta análise faremos uma passagem pela transformação da hegemonia discursiva e, conseqüentemente, das mediações neste período. Esta passagem privilegiará a mudança que houve do mediador privilegiado até 1985, que era a CPT, para a liderança dos agricultores sem terra, que chegaram a uma “relativa autonomia”, chamando-se Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Consideramos “relativa autonomia” porque, de acordo com a opção teórica que fizemos, nunca há uma autonomia total do sujeito, estando ele sempre sendo referenciado a “outro” discurso.

Nesta parte, teremos que fazer uma reconstituição histórica desta ruptura entre o mediador (CPT) e o Movimento e, a partir disto, explicitar quais os novos discursos que são utilizados e quais as mudanças que isto significou em termos de projetos para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.1 - A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E A AUTONOMIA DO MST

Para explicar esta fase e frase de transição citada no título deste capítulo (De Agricultor(...) a Movimento...), é necessário retornarmos à grande ocupação de 1985,

intitulada pela CPT como “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”, em que 2.000 famílias ocuparam 13 áreas no Oeste de Santa Catarina. Nestas grandes ocupações, vários problemas ficaram explícitos na relação dos agricultores com os agentes e o discurso político-religioso da CPT.

O discurso político-religioso contraditoriamente, por um lado, dava relativamente pouco espaço para alianças com outros setores sociais, necessárias quando das ocupações, pois trabalhava com a díade amigos/inimigos fazendo da sociedade, como Carl Schmidt¹ classicamente analisou, um campo de eterna guerra civil; por outro lado, com sua carga simbólica de solidariedade auxiliou muito nesta fase, no sentido de conseguir comida e remédios e também conquistando o apoio de outras parcelas da população e principalmente de partidos políticos para que não houvesse uma repressão brutal.

Paralelamente, demonstrou os problemas na hierarquia da Igreja e em sua base religiosa, uma vez que este posicionamento da Igreja começava a enfrentar resistências em certos setores da população, que considerava que esta não devia envolver-se em assuntos políticos.

Com a necessidade de legitimação social destas ocupações, esta posição político-religiosa não auxiliava na construção de um discurso interpelativo que desse uma idéia de consenso em relação a luta pela terra. Neste sentido o discurso político-religioso não abria espaços para atingir este consenso.

¹ Carl Schmidt analisava a ação política dentro da categoria que relacionava agrupamentos amigos/inimigos, que se reagrupavam historicamente. Desta perspectiva, “falar da dimensão política do intercambio social é falar de divisões e confrontações. O político emerge [em] agrupamentos humanos separados que se enfrentam em termos de *nós e eles*, onde esta separação se estabelece em termos de uma relação de inimizade pública e, finalmente, onde a inimizade está respaldada por uma vontade de enfrentar o adversário em combate.” (Arditi, 1991, p.52) Original em espanhol.

Um outro ponto em que o discurso deste mediador privilegiado não interpelava os agricultores era na contradição entre as práticas sociais nos acampamentos, designados por este discurso, e as necessidades que se faziam prementes, principalmente em relação às negociações com o Estado. Negociações que envolviam desde suprimentos até a não repressão e também os processos de desapropriação que o Estado deveria começar a fazer.

Se este discurso sempre privilegiou a negação do Estado, como uma instância que não satisfazia aos agricultores, de que maneira poder-se-ia reivindicar a este mesmo Estado para solucionar os problemas que os “sem terra” estavam enfrentando em seu cotidiano? O discurso da negação do Estado teve que ser negado, o que deslegitimou um pouco esta interpelação simbólica nesta fase de grandes ocupações.

Outras questões como resistência ativa não-violenta, solidariedade etc., foram cada vez mais sendo rejeitadas pelos acampados e pelos seus líderes, quando não eram deslegitimadas pelos próprios agentes da CPT que não viam estas estratégias discursivas surtirem efeitos para a solução dos problemas enfrentados nesta época. Isto significava um afastamento da matriz discursiva religiosa original. Na busca de soluções imediatas surgia a ineficácia dessa matriz.

Uma entrevista de um dos líderes dos sem terra pode demonstrar estas contradições:

“Nós entendia que o processo, tinha que ser... um tanto radical e organizativo, né. Quer dizer então... se nós não radicalizava em algumas coisas, as conquistas não viriam. Por exemplo, as ocupação do INCRA, do palácio e coisarada. E isso a Igreja e o sindicato não apoiava. Por exemplo, em 85, a orientação que nós tinha, né, a decisão que nós tinha era de não ir pro conflito, pro confronto, né. No caso, nem num despejo. Se vinha o pistoleiro lá, nós recuava, né, quer dizer, de 85 a 87, nós

tivemos que mudar de estratégia, né. Quer dizer, se nós ia na onda de... ficar lá como corderinhos, né, vinha lá um pistoleiro e atropelava nós. E nós não ia avançar no processo, né. Se chegou a discussão e à necessidade de nós radicalizar, nesse campo, nesse lado. Os cara vem, nós vamos ter que enfrentar. Senão nós não vamos conquistar a terra.

- E como a Igreja via isso?

- Isso é um tanto complicado né. É por isso também, um pouco, que a Igreja foi se afastando. Então isso assusta muito o sindicato e a Igreja...teve muito padre e coisarada... ministro, essas lideranças né, que...eram base de apoio, que hoje tão meio resguardado, né. Achou que ir pro pau... que não era por aí o caminho. “(Agricultor, coordenador regional do MST e um de seus fundadores).(Poli, 1995, p.

278)

Outra questão que também deslegitimou este discurso eram alguns valores implícitos no religioso, os quais muitas vezes não se coadunavam como o pensamento cotidiano do agricultor, relacionado principalmente às questões morais particulares. Isto também pode ser referenciado por outra entrevista com liderança:

“Porque eu no início era assim. Tudo o que a Igreja falava era inquestionável...mas depois eu comecei a ter um problema que, enquanto eu achava que tava correto, eu era o cara perfeito. Quando comecei a caminhar com as próprias pernas, eu comecei a ser um cara complicado pra Igreja, para setores da Igreja, né. Por exemplo, a Igreja na época condenava as pessoas que ia pra diversão. Tipo assim, o cara ia pro baile, e eu dizia isso também: ‘em vez de vocês ir pro bar, dão esse dinheiro que vocês gastam na cerveja e na entrada, pra nós do movimento, pra nós ir fazer a luta. Né, em vez de dar pros capitalista, isso dá pra enriquecer os donos das cervejarias, essas coisa... e eu... que eles falavam e eu também, né. Só que perdi os companheiros, né. Que não dá pra tirar isso das pessoas. Nós, enquanto dirigente, ir pruma festa, ir

num baile... no máximo que nós fazia era jogar bola. Porque o resto era coisa de capitalista, né. Era dar dinheiro pro rico. E aí, quando nós começamos a dizer o seguinte: ou nós vamos onde o povo está e respeitamos os costume e os valores, as coisa que eles vão construir, que não prejudica diretamente o movimento, ou nós vamo fazer o movimento sozinho. Aí começou a dar problema. Fui...fui jogar bolão, coisa que eu nunca jogava, né, mas eu até as vezes ia, porque, dependendo de quem tava no bolão, eu achava interessante... eu tomava uma cachaça, apesar dela me fazer mal, mas as vezes eu tomava um porque eu achava importante tomar uma cachaça, porque daí o cara ia conversar comigo. E isso era condenado... Essas coisas pequenas foram muito condenadas pelo pessoal: não, agora o cara caiu fora do Reino de Deus. Eu então dizia assim, se isso é Reino de Deus, então eu tô fora dele. E tem umas outras coisas que se perdeu, que é a própria questão da família, né. Aquela questão de forçar famílias né, de constituir família, tentar trabalhar do ponto de vista de que tem que ser aquela família como a igreja pensa, não como a evolução da sociedade. Eu acho que isso também traz problemas.”(Agricultor, organizador do MST e da CPT no Oeste Catarinense) (Poli, 1995, p.276)

Esse descompasso entre a moral do discurso religioso e o a moral dos agricultores é reconhecido pelos próprios agentes pastorais, fazendo análise sobre o próprio discurso:

“A teologia da libertação, ela avançou no aspecto social, mas no aspecto da moral sexual, da questão pessoal ainda, sabe...tá meio receosa, tá mais lenta. É uma questão mais complicada né, difícil de mexer.”(Irmã, agente de pastoral) (Poli, 1995, p. 277)

Estes dois exemplos ilustram os problemas que o discurso político-religioso enfrentava no cotidiano dos agricultores e neste sentido, permite analisar como o mesmo começava a enfrentar dificuldades de interpelação e como, dentro deste mesmo discurso, um de seus núcleos começava a se deslocar para formar um novo discurso. Dentro da própria autonomia, tanto apregoado pelos agentes da Igreja, o novo encontrava seu campo discursivo: a autonomia se tornava uma significação que retornava a pluralidade do social. Baseados neste elemento do discurso político-religioso, autonomia, as lideranças dos agricultores sem terra construíam um novo discurso que desse resposta a seus anseios imediatos. Isto pode ser notado nesta entrevista:

“...de que o que nós decidia tinha que passar por uma opinião da igreja. E aí a questão da autonomia? Nós começava a bater....que eles fizeram tudo por nós não dá pra negar isso. O papel da igreja foi fundamental. Só que eles acharam que depois que nós começamos a andar pelas próprias pernas, ou opinião própria, que nós tava ignorando tudo isso, né. Toda a história que eu conto eu sempre digo que se não fosse a igreja, nós não ia ter chegado onde nós tamo hoje. So que eles queriam continuar a ter você debaixo das asas, né.”(Agricultor, organizador do MST e da CPT) (Poli, 1995, p.273).

A partir desta fase de transição surge um outro discurso que agora desloca o mediador privilegiado, a CPT, colocando em seu lugar os próprios agricultores sem terra, suas lideranças, como seus portadores e mediadores. Este discurso utiliza alguns referenciais do discurso do antigo mediador, como a análise sociológica marxista, mas abandona os referenciais religiosos.

Analisando o próprio discurso dos entrevistados, poderemos notar que há um deslocamento de uma visão de mundo absolutizante, no sentido de que só há uma

verdade (moral), para uma visão de mundo mais instrumental que pensa ser necessário uma relativização do mundo, postura que poderia dar mais potencialidade ao movimento.

Esta modificação pode ser notada em uma das entrevistas citadas, quando o agricultor diz “se isto é o reino de Deus, eu estou fora”, ou quando afirma que “tomar uma cachaça lhes dá condições de encontrar o outro”, colocando assim, uma visão mais relativista do mundo do que a visão absoluta que coloca o outro, que toma cachaça, fora da perspectiva de uma aliança, mesmo que seja instrumental, conjuntural e relativa.

É neste sentido que utilizamos a frase título deste capítulo, “de Agricultor Sem Terra a Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”: vinculando a mudança de nome do movimento a uma nova discursividade, o Movimento tornando-se uma instituição que gera seu próprio discurso. Este discurso não é designado somente pelo fato de haver uma nova teoria respaldando-lhe, mas também por mudanças nos seus símbolos. Um exemplo disto é que, a partir de um determinado momento, não é mais a cruz que identifica um acampamento de sem terras, mas a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

3.2 - DO VELHO NASCE O NOVO

Neste ponto é necessário introduzirmos algumas questões de como se foi organizando este movimento enquanto instituição. A partir disto, veremos como já no início, quando a CPT era seu mediador privilegiado, suas lideranças foram formando um discurso que levaria a ruptura com o antigo gestando uma nova identidade coletiva.

Para analisarmos este fato utilizaremos um livro do próprio MST, editado em 1986, com o nome “Construindo o Caminho”, do qual analisaremos algumas partes, consideradas importantes para a construção da identidade coletiva deste. Analisaremos principalmente o capítulo 2, Organização do MST, o capítulo 6, Análise Política e o capítulo 8, sobre assentamentos.

No capítulo 2, uma das questões principais a considerar é como se dá esta autonomia a nível discursivo. Por isto é interessante observarmos a própria auto-referência, ou seja, como o MST se refere ao seu próprio surgimento. O discurso do MST introduz o contexto das lutas pela terra no RS, SC, PR e MS e diz:

“ Dessas lutas no sul do país, bastante isoladas, nasceu a necessidade dos trabalhadores sem terra se conhecerem e discutirem suas experiências concretas. Começou então a articulação dentro dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de onde nasceu a idéia de juntar todos os interessados e criar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.” (p.43)

Nesta citação interessa mais o não dito do que o dito. A citação em si não está equivocada, sendo desta maneira que foi articulada a formação do MST; o que nos interessa é a absoluta supressão do mediador privilegiado neste texto. Neste livro do MST há uma quase absoluta exclusão de qualquer referência à Igreja ou a CPT. A única referência contextual em todo o livro de 224 páginas, é quando se discute a formação do MST em municípios onde ele ainda não existe. Ainda assim ela é citada para ser procurada, caso o sindicato local seja pelego:

“Se o sindicato não se envolver, então o negócio é fazer a reunião de qualquer forma, sem se preocupar em convidar a diretoria do sindicato. Mas procurando apoio da paróquia, da CPT ou de outras forças do município que possam ajudar a realizar esta primeira reunião...”(p.46)

O que esta exclusão indica é que em 1986, o MST já se considerava totalmente livre e autônomo deste mediador. Isto indicaria também que o objetivo da CPT foi alcançado com êxito, principalmente quando ela se identifica como um serviço, que depois da formação prevê a autonomia do sujeito

O que nos interessa aqui é salientar o deslocamento do mediador privilegiado ou hegemônico de 1980 a 1985 e, juntamente com este deslocamento, o surgimento de outro discurso. Do discurso que é deslocado, político-religioso, conserva-se o núcleo marxista, formando-se outro discurso, de inspiração marxista-leninista, como se refere um líder do MST².

Este novo discurso resignifica toda a história de luta dos agricultores sem terras, a partir de uma visão política laicizada, que retira da história destes até o mediador que esteve em todas as lutas nesta meia década.

A partir deste novo discurso tentaremos demonstrar como se alterou a identidade do MST, e quais suas influências em termos estratégicos, no projeto político, econômico e de organização interna destes. Para isto focalizaremos alguns pontos importantes deste discurso na formação política de seus líderes. O material utilizado para esta análise serão, além do livro citado acima, os cadernos de formação do movimento. Diversas ONG's auxiliaram nesta formação, tais como: CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientis/SP), , CPT(Comissão Pastoral da

² Quais as teorias que vocês usam para analisar e estudar a sociedade?

- Nós usamos o marxismo-leninismo.

- desde 1986?

- Não. De lá, acho que nós,...ainda tínhamos uma certa relação com a igreja...porque não foi assim estanque, acabou e superou, né?

(Entrevista com dirigente de formação do MST, P.P., 1992)

Terra/SC)³ , CAMP(Centro de Assessoria Multiprofissional/RS), Projeto Vianei de Educação/SC. Além destas ONG's, outras entidades participaram na elaboração de material de formação, tais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

Este auxílio ocorreu principalmente no início desta autonomização relativa. Posteriormente, o MST começou a preparar seus quadros sem participação direta destas entidades, como diz uma liderança do MST:

- ...própria situação vai mostrando pra nós de que...e até nós percebendo aonde é que davam os furos. Quer dizer, nós reuníamos aqui...tipo, às vezes, nós reunia até 50 pessoas em curso de formação do próprio Movimento, que nós..além da participação nessa escola sindical, nós continuava com cursos próprios, específicos do movimento. E aí chegaram a reunir até turmas com 40, 50 pessoas só do movimento, do acampamento, assentamento e tal. E aí, a dificuldade que a companherada enfrentava depois, por exemplo, ficava uma semana, 4 dias, 5, 8, até 15 dias num curso aí, estudando e aprofundando teoria e teoria, e na volta o pessoal encontrava dificuldade de como é que agora eu vou repassar isso, como é que vai mudar aqui internamente a partir desse conhecimento que eu adquiri lá na escola. ...Mas então, a educação tem que (o processo de educação e formação), tem a ver também com o dia a dia, ali, no lugar de origem dessas pessoas. É praticamente o que se percebe. Não dá pra separar a formação da situação do acampamento. E isso também fez com que nós mudasse o método de fazer formação. Em grande parte. Então, o que se trabalha mais agora. Se trabalha mais... então vamos pro assentamento, discutimos aqui, a partir da necessidade de ter escola, estrada e tal e encima disso se faz toda uma discussão e a compreensão de porque tá assim, da

³A Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina participa juntamente com outras organizações na formulação de estratégias de luta popular nesta fase de transição, sendo que o MST já é considerado como mais uma organização nestas reuniões e a CPT não é considerada mais como seu mediador.

necessidade, da importância de nós....encima desses problemas concretos que o pessoal tem, compreender a situação porque que tá havendo, porque que tá vivendo. E a partir daqui se busca as saídas e aí não se busca uma saída fechada, única e tal. Então, nós podemos sair por aqui, nós podemos sair por ali ou por um outro lado.(Entrevista com P. P., liderança do MST, 1992,)

Nota-se, neste discurso, que a formação deixava de vincular somente as questões teóricas e tentava utilizar uma nova visão de teoria, que a unisse com a prática cotidiana dos agricultores sem terra. Esta nova maneira de formação fez com que o MST seguisse um caminho próprio, desligando-se das outras entidades, utilizando métodos próprios, sem que isto os afastasse das lutas destas entidades, já que nas lutas da CUT e do PT, o MST sempre participou. O que houve foi somente uma decisão de praticar a formação de seus seguidores em separado, considerando que seus problemas e objetivos eram específicos, e que não poderiam ser trabalhados junto com a formação sindical ou político-partidária.

Outra característica desta fase foi a mudança de bandeira de luta do MST, quando do seu I Congresso Nacional, realizado em Curitiba em 1985. A frase que designava a bandeira de luta do MST, na fase de mediação da CPT, era “Terra para quem nela trabalha”; a partir da realização deste Congresso, a frase que encaminhava as lutas do MST tornou-se “Ocupação é a única solução”. Esta mudança significou uma ruptura com a visão político-religiosa que interpretava a conquista da terra como “Terra de trabalho”, com conotação moral, para uma visão político-econômica, visando a conquista da terra, como meio de produção e desenvolvimento econômico.

3.2.1. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E SEU PROJETO ECONÔMICO

As preferências deste movimento em relação à posse e ao modo de produzir na terra conquistada exemplificam o projeto econômico do MST.

Para analisá-lo, utilizaremos fragmentos de discurso que estão no livro “Construindo o Caminho”, capítulo 8, chamado: “Formas de Organização: a cooperação agrícola”. Também utilizaremos o Caderno de Formação nº 11 do MST: “Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo”, de Clodomir Santos de Moraes, apropriado pelo MST e que segue sendo a linha básica do projeto econômico do movimento em termos de organização produtiva.

Inicialmente faremos uma reprodução dos diferentes tipos de organização da posse da terra, procurando deixar claro a base normativa utilizada pelo movimento.

O ponto de partida do discurso é o seguinte:

“...as dificuldades que os pequenos produtores encontram para se organizarem e para se ajudarem na produção e comercialização são fruto do próprio sistema capitalista, que procura infundir no pequeno agricultor uma mentalidade individualista, pois isolando o pequeno produtor fica mais fácil explorar seu trabalho através de preços, etc.. E fica bem mais fácil tomar sua terra, tanto pela compra, como simplesmente pela expulsão.”(p.181)

Este discurso demonstra a disposição do movimento em encontrar uma organização produtiva alternativa à produção capitalista individualizada, e já não utiliza referencial religioso como elemento simbólico de entendimento das causas da perda da terra do agricultor. O referencial é político-econômico, baseado na explicação racional

de que o sistema capitalista é explorador e excludente, podendo levar os pequenos agricultores, no caso os sem terras assentados, a perderem suas terras se persistirem em sua organização anterior de pequenas propriedades isoladas.

As formas de organização da posse da terra que são exemplificadas pelo MST são estas:

“ 1) Cada família de agricultor recebe um lote separado, mora em cima dele e trabalha sozinho no seu lote.(...)essa também é a forma mais fácil do agricultor não conseguir produzir na terra, de ficar devendo sozinho no banco, e em seguida ser forçado a abandonar o lote porque não dá mais.

2) Cada família de agricultor recebe um lote, mora em cima dele, mas tira a divisa da terra e passa a trabalhar em conjunto com seus vizinhos.

3) Cada família de agricultor recebe um lote registrado mas os lotes não são medidos. E os agricultores procuram ficar morando mais perto um do outro, aproveitando melhor a terra, e passam a trabalhar em conjunto na lavoura.

4) Toda área da terra fica registrada em nome de todas as famílias que estão no assentamento. Cada família sabe que tem uma parte mas não sabe qual é a parte. Ou seja não pode medir a terra.... Cada família mora em pequenos lotes onde planta o que quer, mas as lavouras maiores são feitas em conjunto.

Essa forma de organizar a posse da terra é a mais segura para o agricultor. Dessa forma ninguém vai expulsá-lo da terra, nem o banco, nem o latifundiário, nem as doenças na família, nem as pragas da lavoura” (p.182-183).

Apesar deste texto salientar que um dos princípios para a organização do trabalho em conjunto é:

“Só deve participar do trabalho em conjunto, quem realmente quer, de livre e espontânea vontade. Não pode ser forçado” (p.190).

Desse modo,cada assentamento deveria discutir qual a forma mais adequada para se utilizar da posse da terra. Este tom democrático não esconde a preferência pela quarta

opção, já indicada no próprio discurso. Esta opção da coletivização é também revelada em entrevista de dirigente do MST:

“E aí é que eu acho que há um pouco de divergência [com o discurso político-religioso]... no fundo. Porque, por exemplo, nós entendemos que...não...não tem outra forma, quer dizer, o trabalho coletivo, a cooperação agrícola, no fundo é ...a coletivização dos meios de produção. E que também sabemos que, por exemplo, grupos pequenos do tipo, 5 ou 6 famílias, até 10 famílias, acho que tem a sua importância, tem razão de existir e tem fundamentação. Agora, pela própria evolução do desenvolvimento do capitalismo no campo, pela necessidade de modernização, por uma série de questões, faz com que esses grupos até, de certa forma, num certo momento, eles acabem sendo superados.”(Entrevista com P. P., dirigente do MST, em 1992)

Nestas duas citações fica claro que esta opção situa-se dentro de uma análise macroeconômica do sistema capitalista, baseado no marxismo, em que a pequena produção teria uma tendência a desaparecer e a maneira de escapar desta sina é um projeto econômico que coletivize os meios de produção, no caso a terra. Deste modo, enfrenta-se o capitalismo e, ao mesmo tempo, utiliza-se estes assentamentos como demonstração para os outros que optaram por produções individuais, da superioridade deste modo de produzir.

Em Santa Catarina, o assentamento que serve como exemplo deste trabalho do MST, está localizado em Dionizio Cerqueira, e chama-se Tracutinga. Neste assentamento há duas agrovilas e toda a produção considerada de “lavoura” é feita coletivamente. Dentro de uma perspectiva econômica de ganhos econômicos de escala, a tendência é a de formação de agroindústrias que transformem a produção agrícola dos

vários assentamentos. Neste sentido, este assentamento conta com indústria de confecções, além de aviários com produção tecnificada, visando a transformação industrial.

As vantagens desta forma de uso e posse da terra é definido assim pelo MST:

“Porque defendemos isto? Só porque está no evangelho que precisamos viver fraternalmente? Não só por isso.

1) Vantagens do ponto de vista econômico

- Conseguir aumentar a área cultivada trabalhando em conjunto, porque é possível comprar trator e outras máquinas e, conseqüentemente, aumentar a produção.
- Poder plantar na época certa.
- Conseguir aproveitar melhor a terra. Organizando as curvas de nível respeitando as áreas de mato, as áreas piores, as áreas de pasto coletivo etc..
- Aumentar a produtividade do trabalho.
- Poder diversificar as lavouras comerciais.
- Trabalhando em conjunto pode-se utilizar cada vez melhores técnicas agropecuárias e o pessoal ir conhecendo cada vez mais profundamente essas coisas.
- No trabalho em conjunto é mais fácil conseguir assistência técnica de agrônomos. É mais fácil atenderem uma lavoura de mil hectares de 100 famílias, do que visitar 100 famílias com 10 ha cada uma.
- Quando uma praga, temporal, seca ou enchente ataca a lavoura, não ataca apenas um lote, mas o prejuízo é dividido por todos e assim suportado mais facilmente.
- Trabalho em conjunto ganha tempo para trabalhar na lavoura, perdendo menos tempo em serviços burocráticos, como ir ao banco, comércio etc..
- Conseguir comprar mais barato.
- Conseguir vender por um preço melhor o produto.
- Ter mais força para enfrentar as dificuldades no banco.
- Construir benfeitorias como galpões etc..

- Quando acontecer alguma doença na família, não se perde o serviço na lavoura porque o grupo continua trabalhando.
- Pode-se dividir melhor o tipo de serviço para cada um, de acordo com sua especialidade e sua preferência” (p. 191-192).

Neste discurso fica evidente que a mística religiosa para a produção coletiva já não tem influência, e a diferença é ressaltada já no seu início. As vantagens estão colocada no sentido da racionalidade desta maneira de produzir, referidas a si mesmas, sem procurar uma justificativa transcendente. As justificativas são econômicas e de condições de competitividade dentro do próprio sistema capitalista, buscando respaldar esta escolha com benefícios que corresponderiam aos interesses individuais e coletivos da comunidade assentada. Outras vantagens serão referidas agora, no seguinte discurso, que segue a lógica simplificada do marxismo, onde as bases econômicas determinam os níveis políticos e sociais:

“2) Vantagens do ponto de vista político

- O povo continua organizado para enfrentar qualquer dificuldade que aparecer.
- Existe maior discussão política no grupo, de compreensão do funcionamento da sociedade e um maior avanço da consciência social das pessoas.
- Com o trabalho conjunto se consegue formar mais lideranças e essas lideranças podem sair e ir ajudar outros assentamentos e outras lutas pela terra, sem prejuízo na sua lavoura.
- Trabalhando em conjunto, ninguém terá força para tirar a terra, seja o governo, os latifundiários, o banco ou quem quer que seja.
- Os companheiros se acostumam a discutir juntos todos os problemas, ou seja, se cria uma comunidade em que tudo é discutido coletivamente.
- Mantém o pessoal organizada na luta por uma reforma agrária mais ampla e por mudanças na sociedade.

- Mantém a motivação da turma para continuar na luta.
- Serve de exemplo, de referência para todos os pequenos agricultores de que a única saída para os problemas dos agricultores é a união e a organização” (p. 192-193).

Neste caso, o discurso pode ser analisado em dois níveis: um de sentido amplo, que seria a mudança da sociedade como uma meta a ser alcançada; e outro, referente a própria sustentação do MST.

No caso da mudança social mais ampla, significaria a formação política destes assentados dentro de uma ética de cidadania coletiva em que os interesses individuais são subsumidos dentro do interesse coletivo, que poderia ser referenciado na cidadania clássica (Grécia antiga), onde os indivíduos enquanto tais só existem em função da coletividade. Esta seria a meta fundamental: a sociedade constituída por cidadãos eticamente responsáveis pelo coletivo e que ao mesmo tempo, favorecesse o desenvolvimento individual de cada um, baseada na máxima marxista: de cada um conforme suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades.

No sentido mais de auto-preservação do movimento, a estrutura coletiva libera lideranças para continuar seu trabalho na luta pela terra e na assessoria a outros assentamentos que passam por dificuldades. Os dois objetivos se complementam, já que estes “liberados” continuam trabalhando no sentido de mudanças sociais que tornem o país mais justo e menos desigual e, ao mesmo tempo, organizam o MST em diversos locais do Brasil.

As vantagens do ponto de vista social deste tipo de organização de posse da terra, de acordo com o MST, são:

- “- Facilita a organização da comunidade para organizar os bens comunitários.

- Consegue, com mais facilidade, construir coisas de uso comum.
- É mais fácil conseguir escola.
- Acaba o isolamento social, facilitando a vida em comunidade, tendo mais relacionamentos entre si.
- As crianças, vivendo em comunidade, se criam em um ambiente mais sadio e vão aprendendo na prática a importância de se trabalhar coletivamente.
- Sobra tempo para atividades de lazer e atividades culturais.
- Não se criam diferenças sociais. Todos progredem da mesma forma ou enfrentam as mesmas dificuldades.
- Possibilita soluções mais fáceis para os problemas de saúde e atendimento, ocorrendo o contrário se cada um fica no seu lote.
- Mantém o espírito de ajuda e companheirismo no grupo, eliminando individualismo de cada um por si e a falta de solidariedade.
- Facilita a solução de brigas entre vizinhos, que se resolvem de forma mais democrática.”(p.193-194).

Os discursos das vantagens deste tipo de organização de posse da terra estão vinculados a um projeto de socialização dos meios de produção, em que o ponto principal é inculcar uma ética de vida coletiva, considerada superior a ética da vida capitalista individualizada. Como foi ressaltado, as vantagens desdobram-se em três níveis, econômico, político e social, indicando uma proposta não somente econômica, no sentido de sobrevivência do agricultor, mas de formação de um novo homem, o homem socialista.

Na prática, os assentamentos em Santa Catarina, em sua grande maioria, não seguem este projeto. Do total de assentamentos no Estado, por volta de sessenta (60), em 1996, apenas um (01) - Tracutinga - é totalmente coletivizado, há ainda um núcleo

coletivo de 21 famílias no assentamento Volta Grande, em Abelardo Luz, e outro núcleo no assentamento 30 de outubro, em Campos Novos. Estes coletivos servem como base de demonstração para outros assentamentos, no sentido das vantagens já citadas acima. O que não se pode negar é que, econômica, social e politicamente, estes coletivos levam vantagens em relação aos assentamentos com lotes individuais, pois nestes as condições de moradia, saúde, educação, produção e transportes estão muito mais avançados.

Um ponto importante é que este discurso entra em choque com a perspectiva dos agricultores sem terra assentados, baseada em suas tradições culturais de produção individualizada, e a mudança demanda tempo e esforço na formação de um novo padrão cultural.

Estas tradições culturais são reconhecidas e analisadas em cursos de formação do MST, a partir de um texto (Morais, 1986) publicado originalmente para o Curso de Capacitação para a organização de Produtores na Reforma Agrária, promovido pelos Instituto Nicaraguense de Reforma Agrária, PNUD(Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e OIT(Organização Internacional do Trabalho), em 1979, na Nicarágua. Este texto é utilizado como caderno de formação nº 11 do MST. O contato com estes discursos e novos mediadores se dá a partir de viagens e articulações do MST com organismos internacionais de cooperação social, econômica e política e isto ocorre quando da organização do MST em nível nacional.

Neste texto, a análise segue a perspectiva marxista, iniciando pela descrição da divisão social do trabalho, mercadoria, economia mercantil simples, valor da mercadoria, organização do trabalho, chegando a economia mercantil capitalista. A partir desta análise da evolução histórica, acompanha-se a trajetória do comportamento ideológico dos estratos emergentes na agricultura. Neste caso, faz-se um paralelo entre

os estratos que surgem na cidade com os estratos que surgem no campo. Os estratos seriam o artesão, o assalariado, o semi-assalariado e o lumpen. Para cada um destes estratos que se constituem no desenvolvimento histórico do capitalismo surgiriam no campo estratos paralelos. Para o artesão, seria o camponês parceleiro, que começa e termina inteiramente o processo produtivo; para o assalariado das fábricas é o agricultor assalariado em fazendas; para o semi-assalariado, o paralelo seria com o agricultor que produz em sua parcela, mas também trabalha em processos produtivos complexos, como em fazendas ou cooperativas por alguns dias por semana; o lumpen é aquele que não participa em nenhum processo de produção, seja processo unitário ou social.

Neste caso, como de resto toda a análise do comportamento ideológico camponês ou do agricultor é baseada na estrutura de produção, sendo que para cada estrato corresponde um comportamento ideológico que responde às necessidades da estrutura. Para que se consiga quebrar esta lógica estrutural, para chegar-se a uma consciência de produção coletiva, é necessário entender os níveis de consciência dos grupos sociais.

Estes são divididos em três: Consciência ingênua, crítica e organizativa (p.24). O grau de consciência ingênua ocorre quando os

“indivíduos se dão conta de seus problemas ou de sua miséria, mas não chegam a identificar os fatores responsáveis, ou seja as causas” (p.24).

O grau de consciência crítica corresponde a quando:

“os indivíduos já identificam os fatores responsáveis por seus problemas, por sua miséria. Identificam a má distribuição dos recursos; identificam os fazendeiros, os latifundiários, a polícia e o Estado como elementos sociais que os agridem. Até aqui o grau de organização continua sendo frágil e quase não existe” (P.24).

O grau de consciência organizativa surge quando, após experimentarem durante anos a ineficácia de suas formas artesanais de organização, que seria a organização da consciência crítica, eles “recebem” dos operários das grandes empresas a consciência organizativa e

“eles conseguem criar estruturas orgânicas eficientes e capazes de responder aos objetivos do grupo” (p.25).

Nota-se que a passagem de uma consciência para outra supõe uma vanguarda que traga a consciência organizativa, seja para melhorar os padrões de produção, seja para elevar o grau de consciência social e política dos produtores agrícolas, seguindo a lógica vanguardista do marxismo-leninismo. Podemos adotar como uma analogia desta vanguarda as lideranças do MST, que se tornam os mediadores dos agricultores sem terra a partir de 1985.

A partir destas bases discursivas, há uma análise dos vícios ou desvios ideológicos determinados pelas formas artesanais de trabalho (cap. III do caderno de formação nº 11). Este capítulo está vinculado ao discurso de que a “base de sustentação de qualquer empresa (no caso as cooperativas de produção dos assentamentos) reside na unidade e na disciplina” (p26). Esta assertiva pode ser exemplificada com o princípio de organização que diz: “É preferível errar com a empresa que acertar fora dela” (p.26).

A definição destes vícios e maneira de corrigi-los, é feita a partir de dois autores utilizados por Clodomir Santos de Moraes : Marta Harnecker (1977) e Álvaro de Farias (1971) . Estes vícios seriam em termos de organização e desvios ideológicos que poderiam prejudicar o objetivo de um grupo social.

Estes vícios ou desvios ideológicos ocorreriam porque os agricultores seriam predominantemente oriundos de formas artesanais de trabalho; assim, seria necessário acabar com estes desvios para que as formas coletivas de produção conseguissem atingir seus objetivos.

Estes vícios, que incidem contra a unidade e a disciplina dentro da empresa coletiva, classificam-se, quanto a seu caráter e origem em oportunistas e subjetivos:

“O caráter oportunista se manifesta como um reflexo de uma subideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção. O caráter subjetivo se manifesta como um reflexo de uma subideologia gerada pela visão idealista determinada pelas formas artesanais de trabalho” (p. 27-28).

Os exemplos citados como vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho são divididos quanto ao caráter e podem ser colocado em dois blocos, o primeiro referente ao caráter oportunista e o segundo quanto ao caráter subjetivista.

No primeiro caso, vícios de caráter oportunista, os exemplos seriam: individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, sectarismo ou radicalismo e liquidacionismo.

No segundo caso, vícios de caráter subjetivista, estão o aventureirismo e a autosuficiência. Não é o caso de entrarmos no detalhe de cada vício citado, mas simplesmente citar como o discurso encontrou uma justificativa racional para enfrentar as dificuldades encontradas com a cultura tradicional dos agricultores sem terra recém-assentados, tentando deste modo definir meios de transformar esta cultura.

Apenas para exemplificar como se definem estes vícios explicitaremos alguns, como o vício do anarquismo e do radicalismo. O anarquismo não é definido a partir da corrente anarquista do movimento trabalhador mas “o anarquista reage à organização

das coisas ou das ações. Não controla nem contabiliza os recursos. É um homem desorganizado” (p.31).

O radicalismo é assim definido:

“O indivíduo radical é aquele tipo de oportunista que se sente torturado pela aparente lentidão com que amadurecem as condições necessárias para a realização das ações fundamentais e decisivas da empresa”. “(...)se irrita por não poder transformar, da noite para o dia, o grupo de camponeses em uma empresa de propriedade e produção coletiva” (P.33).

No capítulo IV do livro de formação nº 11, que está sendo analisado, encontramos os “mecanismos ou instrumentos para combater os vícios das formas artesanais do trabalho”. Estes são a vigilância, a crítica e a reunião.

A vigilância é dividida em três aspectos: ideológico, político e organizativo, sendo que estes estão vinculados ao objetivo principal que não é gerar desconfiança, mas “[zelar] pelo fiel cumprimento dos princípios da empresa, das técnicas organizativas e por meio da crítica” (p.36).

A crítica “ constitui um instrumento que permite capacitar as pessoas, harmonizar a ação das organizações, objetivando conseguir maior rendimento no trabalho”(p.38). Esta não deve ser feita individualmente, mas somente em reuniões, pois a crítica individual pode criar ressentimentos e atritos pessoais, que prejudicarão a unidade e a disciplina da empresa.

A reunião deve ser feita de forma organizada e objetiva, sendo um “mecanismo por meio do qual se exercita o trabalho coletivo ou associativo em qualquer nível, quer seja de base, de assembléia ou de comitês dirigentes e intermediários da empresa” (p.38).

Todo esse manual de sociologia organizacional, que serve de instrumental para a formação do projeto econômico do MST, é baseado em autores já citados como Harnecker e Farias, além de cientistas sociais da antiga República Democrática Alemã, que trabalhavam com Sociologia e Psicologia Organizacional (Coletivo de autores, 1978).

Outro fator que podemos ressaltar é que cada questão destas tratadas acima foram especialmente confeccionadas como cadernos de formação pelo MST, resultando daí um Movimento que pressupõe uma organicidade que se diferencia em muito das suas origens, quando o mediador era a CPT.

Ainda dentro do projeto econômico do MST, um outro fator importante é a questão da introdução de tecnologias alternativas de produção. Esta introdução está vinculada ao modo como o discurso por uma nova sociedade poderia se estabelecer. A análise da entrada do capitalismo no Brasil, através dos interesses das multinacionais, dominando a economia nacional, chega à conclusão de que na agricultura não poderia ser diferente. A partir desta conclusão haveria a necessidade de construir uma nova tecnologia, conjuntamente com técnicos que não aceitam estas tecnologias tradicionais, buscam o desenvolvimento e a aplicação de técnicas a partir:

“do conhecimento de nossa agricultura, de nosso solo, de nossa natureza e de nosso clima, utilizando os insumos industrializados sempre e quando representassem respeito ao equilíbrio da natureza, ao efetivo aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente” (Construindo o Caminho, p.200).

Os exemplos de técnicas já utilizadas e novas que poderiam se desenvolver, relacionados com a produção na agricultura são:

- Conservação dos solos e adubação: Adubação verde, compostagem, uso de rochas trituradas, adubo orgânico, evitar uso de fogo, evitar erosão;

- Reflorestamento;
- Máquinas: desenvolver equipamentos para agricultura mais adequados às características do nosso solo, e das culturas dos pequenos agricultores;
- Novas culturas: Introduzir e adaptar novas plantas que usem melhor o solo e representem melhor rendimentos.
- Variedades: Recuperar variedades mais adaptadas a nosso clima e solo.
- Consorciação
- Energia: Difundir o uso e aproveitamento de esterco e restos de cultura para produzir gás de cozinha, aproveitar quedas d'água e outras fontes de energia natural que respeitem o equilíbrio da natureza.
- Combates à pragas e doenças: Utilização de métodos naturais, inimigos naturais e inseticidas caseiros para atacar pragas e doenças sem o uso de venenos”
(apud,p.201-202).

A partir destas citações acima podemos dizer que o projeto econômico do MST pode ser analisado em dois níveis distintos, a partir dos discursos que constroem sua identidade ao longo do tempo:

- Num nível interno de organização produtiva, prevê-se a constituição de cooperativas coletivas como um objetivo futuro, mas que já se constituem em alguns lugares no presente;
- Num nível externo, no sentido de mudança social, que envolve não somente alterações nos padrões produtivos dos assentados, mas de toda a sociedade.

Podemos notar também que o discurso utilizado pelos textos de formação, em termos de grau de consciência, também segue um paralelo com a história do MST, evoluindo de uma consciência ingênua, quando das ocupações, para uma consciência crítica, quando dos assentamentos e para uma consciência organizativa, quando da

tentativa de formar cooperativas coletivas ao nível empresarial, buscando uma eficácia produtiva que poderia inserir este Movimento em um discurso de economia de mercado ou capitalista. Gostaria de salientar o tempo do verbo utilizado na frase anterior, que indica uma possível contradição entre os objetivos de alterar as bases produtivas, principalmente dos assentamentos, que levaria a uma consciência “socialista”, e a possível inserção da base do MST em uma lógica de mercado, que os levariam para dentro da lógica discursiva “capitalista”.

Estas três consciências convivem no interior dos assentamentos, pois há diversas formas de organização de posse da terra e de produção em todos os assentamentos.

A organização que o MST formou em Santa Catarina contempla as diversas formas de cooperação, seja de produção ou comercialização. Há uma Cooperativa Central dos Assentados de Santa Catarina que provê os diversos inputs necessários para as diversas formas de cooperação, sendo que em cada região há núcleos cooperativos, incipientes e desenvolvidos, conforme o grau de organização atingidos pelos assentados. Este trabalho está vinculado a uma visão a longo prazo que visa à formação de cooperativas coletivas integradas com setores de transformação industrial, formando complexos agroindustriais que fornecerão a base para uma reforma agrária, que resulte em desenvolvimento social, econômico e político.

Exemplos deste objetivo podem ser encontrados em Campos Novos, no assentamento 30 de outubro, com sua produção de frangos; em Abelardo Luz, na Cooperjus, que reúne diversos assentados, com sua ervateira e moinho para transformação de produtos como milho e arroz; em São Miguel do Oeste e São José do Cedro, com microusinas de leite; e em Dionizio Cerqueira, com o assentamento

Tracutinga, já citado anteriormente. Atualmente já há produtos industrializados a venda no mercado com a marca “Terra Viva”, resultado desta política produtiva.

Nesta fase, podemos analisar os discursos que moldam o projeto econômico do MST a partir da categoria “hegemonia discursiva” de Laclau. Podemos notar que a matriz discursiva continua sendo marxista, mas outros discursos começam a penetrar na formação do projeto econômico do Movimento. Um destes discursos que penetram parece ser o de “desenvolvimento sustentável”, com suas noções de preservação do meio ambiente e produção ecologicamente correta. Isto relativiza o discurso marxista-leninista, e também trabalha com ~~an~~ condições concretas de mercado, de onde surge demanda para produtos agrícolas sem agrotóxicos.

Outro discurso que penetra no movimento é o discurso produtivista, como uma demanda da sociedade, dos agricultores assentados e também para legitimar o MST como porta-voz da Reforma Agrária no país.

Todos estes discursos que interagem com o discurso marxista-leninista relativizam este na relação com os agricultores sem terras e também na relação do MST com a sociedade envolvente, dando-lhes possibilidades de atuar junto ao Estado e ao Mercado. Essa relação com o Estado se dá em três níveis: Federal, Estadual e Municipal. No âmbito federal a relação se desenvolve na busca de financiamentos subsidiados para os assentamentos através do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e também na busca de novas terras para assentamento. No âmbito estadual esta relação ocorre principalmente na busca de uma assistência técnica que respeite os princípios produtivos do MST. Nos municípios esta relação é mais ambígua, dependendo das prefeituras. Há prefeituras que querem assentamentos em suas áreas de abrangência e outras não. As primeiras querem porque isso aumenta a

circulação monetária e com isso a prefeitura aumenta sua arrecadação, resultando em benefícios para toda a população. Nesta linha de pensamento poderiam ser desenvolvidas pesquisas que seriam muito interessantes. Quanto às prefeituras que não querem assentamentos em suas áreas, o argumento utilizado é que aumentam os problemas sociais. Este argumento, normalmente, esconde as ligações dos políticos locais com os grandes donos de terras improdutivas da região.

Na relação com o Mercado, os dois discursos, produtivista e ambientalista, tem suas funções. O discurso produtivista encontra sua lógica no próprio mercado, considerando-se que a produtividade é uma das bases para a competição e consolidação de qualquer empresa num regime de economia de mercado. O discurso ambientalista ou de desenvolvimento sustentável tenta conquistar um mercado que demanda produtos com estas características e neste caso acaba sendo usado pelo Movimento para sua auto-sustentação frente à sociedade e as suas bases.

Na disputa pela hegemonia discursiva na formação do projeto econômico do MST podemos notar que o discurso de desenvolvimento sustentável (tecnologias alternativas), perdeu seu efeito ou ainda não se manifestou objetivamente, pois o que notamos é que na tentativa de produção em grande escala, e de referendar o projeto de reforma agrária com um perfil produtivista, as tecnologias alternativas não tiveram um grande incremento. Podemos dizer isto principalmente naquelas questões que poderiam ser colocadas como novidades, tais como tecnologias alternativas de produção de energia e defensivos agrícolas.

Finalizando, a luta pela hegemonia discursiva em termos de projeto econômico está sendo ganha pelo discurso produtivista, visando o mercado, vinculado com o

marxismo-leninismo, sendo que o discurso ambientalista ou de desenvolvimento sustentável tem uma importância marginal.

3.2.2. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E SEU PROJETO POLÍTICO.

A mudança que alterou o projeto político do MST na segunda metade da década de 80, a partir da autonomia em relação a seu mediador privilegiado que era a CPT, pode ser indicada a partir de entrevista de João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, a revista Teoria e Debate n 9, de 1990. Este afirma que "...havia correntes dentro da Igreja dizendo que o MST tem que ser autônomo e independente da Igreja, do partido e do sindicato", mas que no IV Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1987, ficou explícito como um dos princípios norteadores do movimento que este tinha que esforçar para organizar "uma central sindical combativa, de massas (...) e apoiar a construção de um partido político da classe trabalhadora."(Stédile, 1990, p,8).

Esta entrevista serve como introdução à análise do projeto político do MST, porque demonstra que o discurso do mediador privilegiado, a CPT, vinculada à Igreja, perde seu poder interpelativo, e do interior do MST, surge um novo discurso que vincula este movimento com o sindicalismo de massas e um partido político da classe trabalhadora.

Para analisarmos como se constrói esta identidade entre o MST e a classe trabalhadora utilizaremos o capítulo 6 do livro "Construindo o Caminho", que trata da

análise política. Este capítulo é dividido em duas partes sendo que a primeira é “ Modos de Produção” e a segunda indica “ Como fazer uma análise de conjuntura”.

Pelos próprios títulos indicados acima já se pode dizer que a base teórica utilizada para a análise política é o marxismo, mas como são textos de formação política, são permeados por uma noção doutrinária, no sentido de guia para prática política. O que nos interessa é vincular este discurso de formação com o projeto político do MST, no sentido de formar uma identidade.

Toda a análise teórico-política do MST está baseada na teleologia histórica marxista em que os modos de produção vão progressivamente se transformando até chegar à última fase que é o comunismo. No caso do texto aqui analisado os modos de produção que são indicados nesta progressão são: comunismo primitivo, modo de produção tribalista, modo de produção asiático, modo de produção escravista, modo de produção feudalista, modo de produção capitalista e finalmente, o modo de produção socialista.

Como já foi ressaltado antes, são textos de formação doutrinária, que não contam com um aprofundamento teórico que coloque em cheque qualquer das descrições. O principal é que sirva de instrumento de uma prática política que possa distinguir qual o objetivo a chegar e quais os amigos e inimigos que serão encontrados neste caminho

O discurso utilizado afirma claramente qual sociedade que se está enfrentando e qual a sociedade que se almeja. Podemos ver isto no prefácio de frei Betto (Construindo o Caminho, 1986), que é uma síntese dos cadernos de formação do MST. Na Introdução, depois de um balanço das diversas lutas dos trabalhadores rurais no Brasil,

passando pela luta dos índios, dos negros e chegando à questão da terra como terra de brancos e ricos, chega ao objetivo do movimento:

“O MST quer mudar este estado de coisas. Na verdade, os Sem Terra querem chegar ao socialismo. Está dito e repetido aqui no livro. Como? Fortalecendo as organizações dos trabalhadores: os sindicatos combativos, a CUT, os partidos políticos que estão ao lado dos pequenos. Socialismo, aqui, quer dizer acabar com a exploração de uma classe sobre a outra e colocar os meios de produção (terras, fazendas, empresas agropecuárias, minas, indústrias, bancos) nas mãos da classe trabalhadora. Através do Estado Popular. Esse lento aprendizado de que no sistema capitalista não há libertação para os trabalhadores, o Movimento Sem Terra o faz pelas lutas por uma Reforma Agrária controlada pelos que trabalham e vivem da terra” (p.7).

A partir desta citação podemos analisar os aspectos que mudaram na análise da realidade que é feita não mais a partir de idealizações sobre um novo Reino de Deus, mas a partir das lutas de classes, que se enfrentam dentro do sistema capitalista. Mais adiante no texto, o discurso deixa claro que as duas classes principais enfrentando-se neste sistema são:

“1º - Burguesia: caracterizada por três coisas:

- É dona dos meios de produção (terra, fábrica, banco, transporte);
- Controla a matéria prima, tudo aquilo que deve ser transformado;
- Compra a força de trabalho dos trabalhadores.

2º - Trabalhadores: esses só possuem a força de trabalho que a burguesia usa para aumentar o capital.

Para que isso funcione (sistema capitalista), a burguesia tem o controle do Estado, do Governo que faz as leis para legitimar essa organização. Organiza o Exército para cuidar do capital e reprimir os trabalhadores, quando estes não querem aceitar as normas do capitalismo” (p. 138).

Dentro desta visão de mundo, o projeto do MST é o de transformar esta sociedade capitalista em uma sociedade socialista, pois nesta “quem manda é aquele que trabalha, aquele que produz a riqueza. A terra, a fábrica e os transportes são dos trabalhadores ou são do Estado que é governado pelos trabalhadores” (p.139). Mas o socialismo “só será construído se os trabalhadores se organizarem e lutarem para chegar e ter o socialismo que desejamos” (p.140).

A luta que deverá ser realizada para mudar esta sociedade é definida em três níveis pelo MST: a luta econômica, a luta política e a luta ideológica. O primeiro pode ser descrito pelo antagonismo entre lucro e salários: enquanto os trabalhadores querem aumentar sua renda, os capitalistas querem aumentar seus lucros; o segundo refere-se ao antagonismo entre as classes na conquista do poder do Estado, seja executivo, legislativo e judiciário; o terceiro é na luta de idéias, sendo uma luta que acontece todos os dias. Aqui entra a questão do controle dos meios de comunicação pela burguesia. A luta deve ser feita sempre no sentido de aumentar o poder dos trabalhadores nos três níveis.

A partir deste discurso marxista-leninista, podemos concluir que o projeto político do MST, principalmente entre 1986 a 1990, era o de uma sociedade socialista, controlada por um Estado Popular, e o meio para atingir este objetivo poderia ser a revolução. Temos que ressaltar que, em nenhum momento, ficou explícita de que revolução se fala. Há uma ambiguidade em relação a esta transformação social, dentro do MST, que não permite uma consideração sobre se o caminho para a transformação seria uma revolução armada ou uma transformação a partir da utilização dos instrumentos da democracia, como eleições.

Chegamos a esta conclusão a partir da lógica discursiva do MST, que interpreta a sociedade capitalista controlada em todos os aspectos pela classe burguesa, não encontrando alternativa frente a esta, a não ser a organização dos trabalhadores em um partido político e em um movimento sindical que pudesse enfrentá-la..

A visão revolucionária e cumulativa pode ser exemplificada em entrevista com dirigente do MST, quando se refere às mudanças sociais, como elas se dão:

- certo, então, eu também acho que...não vai ser nós, digamos, a...classe trabalhadora, as organizações trabalhadoras que vão definir isso, que define isso, que é preciso que haja. A própria situação faz com que leve a essa necessidade porque, na verdade, é preciso que haja uma mudança de jeito de organizar econômica, social, politicamente a sociedade. E é preciso discutir. E essas mudança, ela vai, necessariamente, vai passar por um processo revolucionário. Não tem...eu desconheço lugares e situações que não foi por isso.(entrevista com P.P., dirigente do MST, em 1992)

A argumentação discursiva salienta que as mudanças para uma nova sociedade passam por um processo revolucionário necessariamente, indicando a visão teleológica que está embutida no discurso teórico marxista. Dentro deste discurso também está a objetividade da história, com sua linha de que esta necessidade não é decidida pelos trabalhadores, mas sim pela própria história, e que no mundo não houve nenhuma alteração da ordem social que não fosse por meio de um processo revolucionário. Esta argumentação ou matriz discursiva é recorrente ou era recorrente nos partidos de esquerda marxistas, que negavam uma alternativa democrática para chegar ao socialismo.

Partindo destes fragmentos discursivos sobre o projeto político do MST, podemos verificar que o projeto modificou-se na segunda metade da década de 80, quando o discurso político-religioso do mediador anterior, a CPT, foi deslocado e o discurso marxista-leninista tornou-se hegemônico na construção da identidade do MST. O discurso político-religioso não era suficientemente analítico para auxiliar a enfrentar as novas condições políticas, sendo que o discurso político-econômico marxista-leninista auxiliava e respondia aos problemas levantados nesta fase do MST.

Estes problemas se referiam ao contexto de redemocratização da sociedade brasileira, quando uma pluralidade de atores sociais surgiram, tentando mudanças sociais e também a implantação de um projeto político socialista. Neste caso, o discurso político-religioso, como foi dito anteriormente, não tinha um projeto político bem definido. Outro fator que foi preponderante nesta mudança discursiva foi que o discurso da CPT era muito exclusivista, não auxiliando na formação de alianças mais amplas. Isto derivava do viés religioso que impregnava este discurso, denotando uma moralidade em que a luta se dava entre o bem e o mal, não havendo a relativização necessária à luta política.

O discurso político-econômico auxiliava neste fase de redemocratização porque vinculava o MST dentro de um movimento maior, guiados pelos mesmos ideais, atingir uma sociedade socialista, mesmo que os meios não fossem os mesmos. Isto ocorria em uma fase de ascenso dos movimentos sociais urbanos e também de abertura política onde os partidos de oposição ao regime militar e socialistas começavam a se formar. Neste bojo um movimento baseado em discurso político-religioso não teria as mesmas condições de negociação que um movimento que tivesse um discurso político laicizado, já que estas alianças implicavam discussões de valores em que a lógica religiosa teria

certas restrições. Encontrava-se algo em comum com outros setores da sociedade, facilitando ampliar as alianças e a luta pela Reforma Agrária.

Podemos dizer que, apesar do discurso marxista-leninista conter um “núcleo religioso”, no sentido da luta do bem contra o mal, este discurso é mais eficaz porque tem em sua estratégia explicações políticas bem definidas, com simplificações de fácil compreensão. Uma análise da facilidade de penetração deste discurso ou de sua interpelação junto aos agricultores pode se dever ao fato deste seguir a mesma lógica do discurso religioso. Seria uma versão secularizada do discurso religioso que sempre coloca seus inimigos como se estivessem do lado do mal ou da mentira, enquanto que o bem e a verdade são propriedade exclusiva destes discursos. O que o diferenciaria seria o conteúdo destes, já que o conteúdo do discurso religioso seriam valores fixados pela fé e pela tradição que não permite flexibilizações táticas em meio da ação social e política. O discurso político-econômico teria esta flexibilidade tática, já que os valores em disputa seriam colocados e recolocados pela luta política e social.

Se o discurso anterior, da CPT, não indicava que os membros de base do MST deveriam se alinhar a partidos políticos, neste novo discurso há a necessidade de apoio a partidos que defendam as mudanças sociais e a sociedade socialista, dentro de uma política de acumulação de forças e dentro das regras do jogo democrático, mesmo com críticas ao processo político-eleitoral por suas distorções que favorecem a classe que detem o poder econômico.

Há um incentivo para que membros do MST participem da política partidária e se candidatem a postos eletivos nos diversos níveis da política estatal. Nesta meia década, podemos dizer que vários membros do MST/SC se elegeram para cargos

eletivos, de vereador a deputado estadual, sendo que o mais conhecido é o ex-deputado Wilson Santin (PT).

Outros políticos contaram com expressiva colaboração do MST para se elegerem deputados estaduais e federais, entre eles a ex-deputada estadual e federal Luci Choinaski e o atual deputado federal José Fritsch, ambos do PT.

O projeto político do MST dilui-se dentro do Partido dos Trabalhadores, pois o Movimento tem uma forte influência principalmente nas questões relacionadas com a agricultura.

Aqui cabe fazer uma análise sobre a relação entre o PT e o MST. Há uma tentativa, principalmente do governo e da imprensa, de vincular o MST aos objetivos eleitorais do PT. Se analisarmos o discurso hegemônico que constrói a identidade do MST, notaremos que este terá uma repercussão dentro do PT, mas isto não indica que o Movimento seja correia de transmissão do partido. Considerando-se que a lógica discursiva do MST não é eleitoral, muitas vezes as ações de massa deste prejudicam as estratégias eleitorais. Se pensarmos que a lógica eleitoral sempre pretende ampliar seus votos, e para isto é necessário um extremo consenso na sociedade, não há como sustentar a tese de que o PT manda o MST ocupar terras com objetivos eleitorais. Esta estratégia seria suicida, uma vez que estas ações de massa não contam com apoio geral na sociedade e resultariam em diminuição da base de votos e não ao contrário.

3.2.3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E SUA ORGANIZAÇÃO INTERNA.

A organização interna do MST transformou-se a partir desta nova hegemonia discursiva, alterando-se da organização horizontal da época da CPT para uma organização mais verticalizada. Esta nova organização deriva do discurso de que nem todos os problemas devem ser enfrentados por todos, uma vez que a direção tem um papel importante a cumprir. Isto é demonstrado em entrevista de dirigente do MST, relacionados a atritos com o antigo mediador em relação à participação da base:

- É o fato de ter que esperar tudo, para que seja discutido com todo mundo ali. Desde as pequenas coisas até as grandes discussões. Nós achamos, eu acho que há necessidade de fazer com que todo mundo discuta as dúvidas, agora, há momentos, há situações em que ou não tem tempo pra isso, não tem condições pra isso ou que não há necessidade de fazer isso. Fazer uma discussão de ir lá pra todo mundo discutir a questão, na verdade, é uma picuinha, um probleminha sem muita importância e acaba girando ao redor de pequenas coisas e o, a grande decisão acaba sendo adiada. Quer dizer, muito acontece no período de acampamento. Ali tudo tem que ser decidido lá por todo mundo, acho que não há tanto essa necessidade. Acho que a questão é essa, nós não estamos...Acho que tem que respeitar a opinião, a sugestão, a contribuição, a valorização de cada um, cada companheiro que está ali no acampamento, no assentamento. Agora, tem momentos e situações, tem coisas em que não tem como ir lá e fazer uma assembléia, fazer uma reunião de grupos de barraco e tal, pra que todo mundo dê sua opinião. ...isso é papel da direção decidir. Tem certas coisas que..não só porque é direção, mas pelo fato de você ser reconhecido direção, te dá a autonomia de tomar a decisão. Que não são decisões isoladas. São decisões que podem se tomadas sem a necessidade de ficar lá

discutindo com todo mundo. E...af...acho...talvez passe por aqui a divergência que o pessoal...eu acho que muitos ou setores da Igreja tem esse..a base...como é que fica isso, como é que fica aquilo.(Entrevista com dirigente do MST, PP, 1992).

Nesta entrevista podemos ressaltar a modificação ocorrida de uma visão basista de participação para uma visão de representação, onde a direção aponta o caminho. Esta visão pode ser definida por uma frase muito repetida na segunda década de 80, em várias reuniões de partidos e movimentos: Quem sabe, dirige. Para demonstrar a importância do saber neste novo discurso, citaremos um trecho do caderno de formação nº 7, relacionado a ações de massa e o papel do intelectual:

“Hoje, os que estudaram podem ser de grande valia no trabalho: detém informações e técnicas ainda não acessíveis aos trabalhadores. A contribuição destes intelectuais cresce de importância, especialmente, pela estreita ligação que existe entre o SABER e o PODER. Só dirigem quem sabe, por isso os trabalhadores precisam saber” (p.8, 1985).

Outros trechos deste discurso salientam as diferenças entre o trabalho do mediador deslocado (CPT), para o novo discurso:

“Bom x justo: “Nem tudo é bom o tempo todo”. O justo é o que melhor se adapta à determinada conjuntura ou a determinado nível de anseios. (...) Entra-se pela porta que o povo oferece, mas se avança para outros objetivos mais a longo prazo.

Massa x Vanguarda: não existe militante(vanguarda) sem massa. Como não existe massa ativa sem o fermento que a faz levedar. A vanguarda é filha da massa, depende dela para existir.

basismo x dirigismo: o povo é fonte inesgotável de formas de luta, de produção de novos militantes. Mas é também o lugar privilegiado da ação da burguesia. No povo, portanto, residem as idéias, e os anseios de libertação, como existem as

propagandas de “marketing”capitalista. Dizer que o povo sabe tudo ou que não sabe nada é a mesma demagogia” (p. 6-7).

Nestas citações se encontram as principais diferenças entre o novo discurso e o anterior. Uma das diferenças mais importantes é a diferenciação entre o bom e o justo, sendo que o conceito mais relativo do justo é integrado no discurso político-econômico, no sentido de táticas necessárias para atingir algum objetivo, dando mais mobilidade e maleabilidade política. O bom, que é um conceito moral, imerso no discurso político-religioso, não permite esta mobilidade e maleabilidade, pois inclui uma concepção ética absoluta, em que o que é bom é definido a priori, não dando espaço a fatores conjunturais.

Outra conclusão é que no discurso anterior havia uma espécie de populismo que considerava que a “massa” poderia decidir os caminhos do movimento, resultando disto uma ação desorganizada, e também um movimento que não conseguia atingir seus objetivos, seja de organização interna, seja de mudanças sociais. Este “basismo”, como é palco de ações da direção como também de seus adversários(burguesia), leva à dispersão e à fragmentação do movimento. Segundo o livro, resultaria disto a necessidade de uma vanguarda que tenha a sabedoria e a prudência de decifrar os sinais que vem das bases e os sinais objetivos das conjunturas para, a partir destes dados, tomar a decisão correta.

Destas diferenças em relação à participação e à democracia interna surge uma organização interna do MST que, diferentemente da anterior, é democrática mas verticalizada. Esta organização é piramidal, pois dos assentamentos e de cada município há representação na coordenação estadual, de onde é retirada uma comissão executiva que vai operacionalizar o que for decidido nos encontros estaduais. Em Santa Catarina,

o movimento encontra-se organizado em uma coordenação estadual e em uma comissão executiva, que é dividida em vários setores que podem ser analisados a partir de três campos de atuação: Produção, Formação e Ações de massa.

Na área de produção estão os trabalhos relacionados com a produção nos assentamentos e a formação de cooperativas regionais. Neste caso, a Cooperativa Central dos Assentados coordena os trabalhos nas diversas regiões do Estado. Esta Cooperativa tem ligações com a ANCA, Associação Nacional de Cooperação Agrícola, vinculada à direção nacional do MST.

Na área de formação, encontram-se os trabalhos de formação teórica, no qual se constroem as lideranças do movimento e também os trabalhos relativos à educação popular, que formam professores para atuar nas escolas dos assentamentos.

Na área de ações de massa, estão os trabalhos que dão visibilidade ao movimento a nível local e nacional que preponderantemente, são ações para conquista de terras e ocupações de espaços públicos com o sentido de conquistas necessárias ao prosseguimento dos trabalhos nas outras áreas. Podemos dizer que é o setor mais visível e mais sensível do movimento.

Estas duas últimas áreas também estão vinculadas organicamente à direção nacional do MST, e uma demonstração desta são as ações de massa do MST(ex.: ocupações simultâneas), que são organizadas em todo o país pela coordenação nacional, conjuntamente com as coordenações estaduais.

3.3. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E SEUS PROJETOS

Numa avaliação mais geral dos projetos do MST, podemos dizer que encontramos dificuldades na análise separada de cada projeto, e a única razão para isto é metodológica, pois dentro do discurso marxista-leninista, todos os setores (econômico, político e social) encontram-se dentro de uma única perspectiva. Esta dificuldade é ressaltada pelo fato deste ser um discurso de crítica do capitalismo, relacionada com a economia política. Desta maneira todas as facetas do movimento, política, econômica e organização interna, estão permeadas por este discurso, sendo que uma se reflete na outra.

Por isto o projeto econômico é o mais diferenciado e a partir deste, os outros projetos se estruturam, resultando disto a dificuldade de análise em separado.

Podemos dizer que a partir de 1985, o MST adquire uma organicidade que lhe dá um potencial e mobilidade organizacional e política de atingir a longo prazo alguns dos objetivos a que se propõe, pois o atual discurso, apesar de doutrinário, auxiliou-os a enfrentar as adversidades e a conquistar uma posição política no cenário nacional que poucos movimentos no país tiveram oportunidade de conseguir.

Como se pode articular a perspectiva teórica adotada nesta dissertação, com a construção da hegemonia discursiva do marxismo-leninismo, na construção da identidade do MST de 1985 a 1990? As condições para se conseguir esta hegemonia tem por base: um discurso partindo de uma organização com autoridade, formando identidades, baseadas em condições extra-discursivas (concretas).

A organização com autoridade nesta segunda metade da década de 80 é o próprio MST, que firmou-se junto a sua base, a partir de ações de massa que lhe deu visibilidade e também alcançou diversas conquistas, principalmente assentamentos, fornecendo-lhe a base social necessária para sua continuação. O discurso deu sentido a estas lutas foi o marxista-leninista, deslocado da matriz discursiva (Sader, 1988) da teologia da libertação. Este novo discurso permitiu que os agricultores sem terra, antes identificados com o discurso político-religioso, construissem uma identidade de movimento, o que lhes garantiu visibilidade pública e também definiu uma utopia: a sociedade sem classes, que lhes dava um horizonte a ser alcançado.

Este discurso incorpora diversos aspectos tais como:

- Ter uma liderança forte: que encarne e represente o movimento.
- Ter um símbolo: ter uma música, hino, jornal, bandeira que anuncie e atraia as pessoas, de maneira bela e clara, para os objetivos justos.
- Proponha bandeiras de lutas: de forma clara e não abstrata, possíveis e não utópicas, a serem alcançadas ou ao menos iniciadas logo.
- Tenha autonomia: Infra-estrutura de funcionamento, finanças, direção e lideranças próprias.
- Ter uma direção: que discipline e persiga os objetivos a longo prazo, que assessora a liderança, que avalie e proponha, permanentemente, novos passos” (Ações de massa, p.8).

Aqui já se demonstra que há uma instituição forte, enraizada entre os agricultores sem terra, com um discurso que lhes indica positivamente os objetivos a alcançar. Também indica os adversários, (a burguesia), representada por fazendeiros, latifundiários e capitalistas em geral e o Estado como representante destes, no campo político. Indica quais os setores da sociedade que poderão ser aliados eventuais para esta

conquista, incluídos dentro da categoria “trabalhadores”. Categoria esta fluida, que pode incluir diversos setores, desde que na conjuntura, se adapte ao “justo”: “O justo é o que melhor se adapta à determinada conjuntura ou a determinado nível de anseios”(p.6). Nesta parte do discurso há um deslocamento do “bom”, discurso moral-religioso, para o “justo”, discurso político-racional, que pode dar condições a diversas alianças táticas com objetivos a longo prazo. O discurso religioso absoluto desloca-se para um discurso político mais relativizado.

Esta relativização, significativa face ao fundamentalismo religioso mas ainda fraca frente ao pluralismo democrático, e eficácia do discurso marxista-leninista está relacionado aos diversos deslocamentos dentro desta matriz discursiva que possibilitaram ao MST uma mobilidade conjuntural muito grande. Estes deslocamentos de fragmentos discursivos que se incorporam dentro da matriz marxista-leninista são do discursos ambientalista (desenvolvimento sustentável), do discurso produtivista e do discurso político-religioso relacionado à democracia de base. Analisado nesta perspectiva, o discurso marxista-leninista clássico como formador da identidade coletiva do MST pode ser colocado apenas como um referencial metodológico de análise, pois há alterações importantes em seu interior. Estas considerações apenas indicam que a opção por uma metodologia de análise a partir de um referencial pluralista-articulista discursivo foi correta, apontando para o processo e não para uma teleologia que indique a partir de certas premissas qual o futuro do MST. A indicação é que este está em modificação permanente, a partir de diversos discursos que entram em contato, relacionados com o contexto extra-discursivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sistematizando as considerações decorrentes desta pesquisa, já enfatizadas ao longo dos capítulos anteriores, cabe aqui uma retrospectiva e uma análise das ligações entre os capítulos que talvez não tenham sido suficientemente indicadas.

Uma primeira questão é a relação dos dois discursos, o político-religioso e o político-econômico, que constituíram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina no período de 1980 a 1990, com a visão da conquista da terra.

Para essa análise dialogaremos com José de Souza Martins, que conclui que estas alterações de uma visão moral da terra como “terra de trabalho”, para uma visão econômica da terra, justifica-se por uma alteração no eixo da luta pela terra:

“Até o final da ditadura militar, essas lutas eram justificadas e explicadas como lutas contra a expulsão dos trabalhadores da terra que ocupavam. A figura social que então centralizou o discurso sobre a reforma agrária foi a figura do posseiro, uma figura predominantemente regional da Amazônia legal. A inauguração da Nova República coincidiu com a substituição do posseiro pelo Sem Terra, seja no discurso dos agentes políticos, seja nas reivindicações e na definição dos objetivos da luta pela reforma agrária; a luta pela permanência na terra foi rapidamente suplantada pela luta por desapropriações e assentamentos de trabalhadores sem terra e, particularmente, pelo impacto das ocupações de terras. A figura do posseiro foi substituída por outra figura regional, o pequeno agricultor sem terra da região sul” (Martins, 1992, p.11).

Na sequência de sua argumentação este autor coloca que este deslocamento foi intencional por parte dos governantes da Nova República e pela imprensa. O objetivo deste seria retirar o conteúdo moral das lutas pela terra dos posseiros, já que esta luta estava vinculada a uma conquista de direitos que eram:

“legitimadas pelo tempo que este trabalhador ocupava a terra, e na precedência de seu trabalho na terra em relação ao mero comprador de um título de propriedade muitas vezes obtido de modo fraudulento. Era este forte conteúdo moral das lutas dos posseiros que lhes deu aliados políticos da maior importância, dos quais os principais são as igrejas” (Martins, 1992,p.12).

Outra questão interessante é que esse deslocamento levou os sem terra a desenvolver sua luta num terreno desfavorável - o terreno do adversário. Isso porque a ocupação de terras não se dá com base no mesmo argumento moral da precedência do posseiro, com seu trabalho, em relação ao grileiro, mero especulador fundiário. Mas se dá com base no argumento econômico da propriedade improdutiva. Se a luta dos posseiros criou aliados importantes, a luta dos sem terra criou inimigos importantes.

Notamos que esta argumentação de Martins respalda as nossas análises precedentes, e o que a diferencia é que este considera que esta mudança de discursos e de mediadores é baseada em um complô palaciano para desmoralizar a luta pela terra e, principalmente, o seu mediador até esta época (1985), que era a CPT.

No nosso caso, a análise ressalta que a alteração do discurso e dos mediadores pode estar vinculado com esta estratégia, mas também indica que o trabalho da CPT, que surgiu no Mato Grosso, e seu discurso, quando chega no sul, tem que ser modificado para conseguir interpelar os agricultores sem terra, que tem especificidades

diferentes dos posseiros da Amazônia legal. O que ocorre é que até 1985, aquele mediador e seu discurso ainda tinham uma determinada eficácia, mas quando houve uma relativa autonomia, e os próprios agricultores assumiram a responsabilidade da mediação, o discurso foi modificado, conservando desta matriz as características mais laicas, e também introduzindo fragmentos de outros discursos que lhe deram mais eficácia em termos de estratégias de ação política, econômica e organização interna.

Finalizando, podemos dizer que as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra mudaram, deslocando os líderes anteriores vinculados à Igreja e à CPT, cujo discurso estava mais voltado para a questão da “terra de trabalho”, para lideranças leigas, vinculadas a uma visão da terra mais econômica, como meio de produção. Isto pode ter ocorrido por causa do discurso da reforma agrária da Nova República, baseado no caráter econômico da terra, mas nós achamos que isso acontece principalmente devido à vinculação com o novo discurso utilizado pelas lideranças do Movimento, o discurso marxista-leninista, juntamente com os deslocamentos que o tornaram mais maleável, como a introdução de uma visão de economia de mercado, de desenvolvimento sustentável e de democracia interna.

É importante ressaltar que esta visão da luta pela terra, dos posseiros da Amazônia legal, vinculada a uma idéia moral de “Terra de trabalho”, foi também analisada por Otávio G. Velho. Esta análise contesta a visão de que o posseiro da Amazônia teria um ideal baseado na terra como locus de seu trabalho e não como mercadoria.

“Esta visão implicaria num ideal camponês de “terra liberta”, em que todos podem plantar livremente, colhendo o fruto de seu trabalho. A terra liberta apontaria para uma concepção particularmente importante, sendo a realização mais plena da terra

de trabalho, indicaria o sentido do que seria uma organização camponesa livre das peias do capital - comunitária, sem preocupação de lucro ou de mercantilização da terra, atendendo primordialmente a uma lógica de consumo, da família e do trabalho (na terra, por definição)” (Velho, 1982,p.128).

Neste caso, o autor diz que 15 anos de trabalho de pesquisa e reflexão sobre o pequeno produtor da Amazônia não o convencem de que este esforço teórico reificador do discurso dos “informantes” seja a melhor maneira de interpretar a sua realidade e sua própria consciência e ideologia. E indica alguns elementos de uma interpretação alternativa.

Uma das questões que este analisa é a produção de arroz que é incorporado pelos trabalhadores rurais da Amazônia. Ele diz que este produto não tinha importância alguma nas regiões de origem destes lavradores, quer para o consumo, quer na produção. Em geral, no Nordeste, região de origem da maioria dos lavradores, os produtos principais eram o milho, o feijão e a mandioca. Se a lógica destes lavradores fosse a de consumo, por que a mudança?

“Sua resposta é que quando de seu deslocamento para esta região, estes encontraram principalmente no Maranhão uma estrutura comercial montada no sentido de arroz, e que estes foram induzidos, ou levados pelo bom senso a dedicar-se a seu cultivo e consumo, substituindo drasticamente o feijão e, principalmente, o milho” (Velho, 1982, p.129).

O que estava por detrás de tudo isso e que fazia com que os lavradores fossem tão capitalisticamente sensíveis ao mercado? Precisamente a sua relação com o capital comercial e usurário. O aviamento e o endividamento com o capital comercial e usurário funcionava e funciona ainda, paradoxalmente, entre esses grupos aparentemente tão pouco imobilizados e identificados com o ideal e a realidade (no passado) da terra liberta” (Velho, 1982, p.130).

Um dos elementos obrigatórios da paisagem social entre esses grupos é a presença dos pequenos comerciantes que emprestam mercadorias e/ou dinheiro em troca do comprometimento antecipado da produção. Um dos pontos importantes é que este comerciante quando chega após ou junto com os lavradores, assume no local uma posição de mando em todas as esferas sociais, inclusive direcionando os chegados posteriormente quanto o quê, onde e como plantar na chamada terra liberta.

Normalmente este comerciante é ligado a uma complexa rede de comércio que chega aos grandes comerciantes da cidade, o que é também seu ideal, e também pode ser o ideal dos agricultores, no sentido de afastar-se do trabalho da terra que consideram muito pesado e desgastante.

Esta análise tenta contrastar com a perspectiva da Igreja sobre a visão moral da terra, muito ligada a um passado ideal camponês que talvez não mais faça parte do ideal atual do agricultor. Mas este agricultor aceita esse discurso pelas condições de luta que estão enfrentando.

Estas duas visões da luta pela terra na Amazônia nos colocam em perspectiva com os discursos e suas interpelações. Neste sentido o discurso político-religioso, nos primórdios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, teve um grau de interpelação muito grande porque os agricultores consideravam que este era estrategicamente importante no sentido de conquista das terras. No momento que esta conquista foi atingida este discurso perde muito de sua eficácia, pois já não se coaduna com o ideal de produção e de modo de vida do agricultor. Neste caso, o discurso político-econômico no novo mediador, o MST, teria mais eficácia na conquista de melhores posições no mercado e na luta por incentivos à produção.

Outro fator importante é que no início dos assentamentos os próprios agricultores sem terras reivindicavam que comerciantes se estabelecessem nos assentamentos, para lhes dar um mínimo de suporte comercial, gerando com isso uma posição de poder do comerciante, devido aos endividamentos que ocorrem.

O MST, a partir de suas cooperativas, principalmente na atualidade, tenta preencher estes vazios formando supermercados e cooperativas de comercialização nos assentamentos, retirando o poder da mão destes comerciantes. Parece-nos que esta estratégia é mais eficaz, e coaduna-se com os aspectos analisados por Otávio G. Velho, em relação aos agricultores da Amazônia, vinculados ao capital comercial e usurário. Neste sentido, esta mudança de relação reverte em benefícios para os assentamentos e para o próprio Movimento como mediador.

Considerando as alterações ocorridas nesta década analisada, 1980 a 1990, podemos dizer que o discurso político-religioso ainda mantém no novo discurso, político-econômico, alguns núcleos que o MST utiliza, como alguns elementos da concepção de democracia de base, e também a solidariedade, mesmo que esta esteja relacionada com uma solidariedade de classe, o que é consequência do novo discurso.

Quanto à adaptação neste novo discurso, das concepções ambientalistas e produtivistas, estas tem pesos diferentes. Enquanto o discurso produtivista pode se alocar sem muitos problemas no discurso hegemônico, marxista-leninista, levando o MST a uma posição muito próxima do regime de economia de mercado, o discurso ambientalista é hegemônico pelo discurso produtivista, não conseguindo na atualidade, uma interpelação que nos indique uma hegemonia discursiva próxima.

Uma questão que poderá tensionar o MST, a partir do discurso produtivista em relação ao marxismo-leninismo, é a relação entre produção individualizada e coletiva,

já que quanto mais próximo este ficar de um regime de economia de mercado, mais a competitividade e a individualização aparecerão. Isto ocorre devido ao fato de que quando os agricultores assentados considerarem que tem condições de enfrentar o mercado individualmente a partir de seus ganhos e conquistas coletivas, poderá ocorrer uma disputa entre estas duas concepções, já que a matriz discursiva de uma não é totalmente compatível com a outra.

Quanto ao projeto político do MST, esperamos que essa dissertação tenha auxiliado no sentido de nuançar as relações ente este Movimento e os partidos políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores. Principalmente no que se refere à influência deste partido nos rumos do Movimento. O que poderíamos dizer é que a influência é recíproca, mas que nos aspectos de política fundiária e agrária, o movimento não se pauta pelas decisões institucionais ou estratégias políticas definidas pelo partido. Parece-nos que nesse caso a relação se inverte e o Movimento segue seus próprios rumos sem obedecer a uma estratégia política partidária, especificamente eleitoral.

Dentro da perspectiva teórica escolhida, podemos dizer que diversos discursos continuam entrando em contato com o MST, e neste caso, somente outras análises poderão definir como este vai se modificando, e qual o futuro do Movimento em termos de sua identidade coletiva. Apenas apontamos algumas tendências e alguns discursos que já estavam em disputa nos projetos do MST, principalmente no aspecto econômico, no final da década de 80.

Finalizando, considero que os objetivos propostos foram atingidos e que a opção metodológica escolhida, para a nossa felicidade, deu-nos condições de análise e de aprofundamento do tema pesquisado. Consideramos que esta é apenas uma das

muitas visões que pode se ter do MST, mas que contribuirá para que outras pesquisas aprofundem o nosso conhecimento sobre os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDITI, B. "Uma gramática pósmoderna para pensar o social". In: **Lua nova**. São Paulo, CEDEC, nº 15, out. 1988, pg 105-123.

ARDITI, B. "Adios al Obrerismo. La Cuestion del Sujeto en el Pensamiento Socialista". Centro de Documentacion y Estudios, Assuncion, 1988.

ARDITI, B. **Conceptos**. Assuncion: R.P. Ediciones, 1991.

BONIM, Annamaria et alli. "Luta Pela Terra e Contadições de um Projeto Comunitário de Vida". In: **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba:Ed. Criar, 1987.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GADET, F. E HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

GAIGER, Luiz I. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil.**

Petrópolis: Vozes, 1987.

GOHN, Maria da Glória. "Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias". São Paulo: 1987, mimeo.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: Pulsações Políticas do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1979.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

GRZYBOWSKI, Cândido. "A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil". In: PAIVA, Vanilda(org.). **Igreja e Questão Agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

IANNI, Otavio. "Revoluções Camponesas na América Latina". In: TAVARES DOS SANTOS, J.(org.). **Revoluções Camponesas na América Latina.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1985.

LARANGEIRA, Sônia. **Classes e movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Hucitec, 1990.

KOWARICK, Lucio. "As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo".In.

KOWARICK, L.(org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNRISD, 1988.

LACLAU, E. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LACLAU, E. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social". In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo 1(2):41-7, 1986.

LACLAU, E. "Materiales para el debate contemporaneo". Uruguai: CLAEA, 1987.

LACLAU, E. "Discurso, Hegemonia y Política: Consideraciones sobre la Crisis del Marxismo". In: **Los Procesos Sociales**. Mexico: ITSUNAM/SIGLO XXI, , 1987.

LACLAU,E. & MOUFFE, C. **Hegemony & Socialist Strategy**. Towards a radical Democratic Politics. London: Verso, 1985.

LENIN, V.I.. **El Estado y la revolucion**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

LISBOA, T. **O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Oeste Catarinense: um novo movimento social**". Dissertação de Mestrado, UFSC, 1987.

MARTINS, José de S. **Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT**. São Paulo: Loyola, 1992.

MARTINS, José de S.. **Não há Terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de S.. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de S.. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de S.. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde S. de.. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOISÉS, José Álvaro. **Cultura política do povo brasileiro**. Brasília: CEDEFEN, 1990.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Construindo o Caminho**. São Paulo: junho de 1986.

PAIVA, Vanilda (org. e introdução). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.

PINTO, Celi R. **Com a palavra o Sr. Presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989.

POLI, Odilon L. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense**. Campinas: Unicamp, 1995.

RIBEIRO, ANA CLARA T. "Movimentos Sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90". In: **Ciências Sociais Hoje**, 1991. São Paulo: Vértice/Editora dos tribunais, 1991.

ROCHA, Elton B. **Organizações rurais de base no Oeste Catarinense**. Os vários movimentos no século XX. Florianópolis: UFSC, 1981, mimeo.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José V. T. dos. **Matuchos, exclusão e luta: do sul para a Amazônia.**

Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SCHERER-WARREN, I. "O movimento dos trabalhadores rurais no sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade". In: DIAS, J. de Souza (org.) **Santa Catarina: os anos do golpe em perspectiva.** Petrópolis: Vozes, 1985.

SCHERER-WARREN, I. "O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I., KRISCHKE, P. (org.). **Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

TEIXEIRA, Faustino L. C. **Comunidades eclesiais de base; bases teológicas.** Petrópolis: Vozes, 1988.

THOMPSON, E.P. **Tradicion, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

VELHO, Otávio G. **Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982, cap. 9.

VIGEVANI, Tulio. "Movimentos sociais na transição brasileira: as dificuldades de abrangência propositiva e alternativa". In: VIOLA, E. J., SHERRER-WARREN, I., KRISCHKE, P. (org.) **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

WEFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DOCUMENTOS:

STÉDILLE, J. P. Entrevista à Revista Teoria e Debate nº 9, 1990, SP.

1. Fascículo II: “A luta pela terra”, do Centro Ecumênico de Serviços à evangelização e Educação Popular - CESEP, 1986.

1.1. Fascículo I: “A realidade e os desafios”, 1986.

2. Cadernos de formação do Movimentos Sem Terra editados pela Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra.

2.1. Caderno de formação nº 1: “A política fundiária do governo”, s/d.

2.2. Caderno de formação nº 5: “Como se organiza”, agosto de 1985.

2.3. Caderno de formação nº 7: “Ações de massa”, outubro de 1985.

2.4. Caderno de formação nº 11: “Elementos sobre a teoria da organização no campo”.

Clodomir Santos de Moraes , MST, agosto, 1986.

2.5. Caderno de formação nº 13: “Nossa força depende da nossa dedicação”, julho de 1987.

3. Cadernos da CPT - Colono troteia ou sai da estrada, 1982.

3.1 .Cadernos da CPT - A organização dos trabalhadores rurais, 1986.

Caderno da Pastoral Rural: Terra de Deus: Terra para todos. Diocese de Chapecó, 1982.